

DIGITALES ARCHIV

ZBW – Leibniz-Informationszentrum Wirtschaft
ZBW – Leibniz Information Centre for Economics

Mourão, Paulo Reis

Book

Economia do esquecimento : rasgando o estreito de Magalhães

Provided in Cooperation with:

ZBW OAS

Reference: Mourão, Paulo Reis (2020). Economia do esquecimento : rasgando o estreito de Magalhães. Braga : UMinho Editora.

This Version is available at:

<http://hdl.handle.net/11159/630838>

Kontakt/Contact

ZBW – Leibniz-Informationszentrum Wirtschaft/Leibniz Information Centre for Economics
Düsternbrooker Weg 120
24105 Kiel (Germany)
E-Mail: [rights\[at\]zbw.eu](mailto:rights[at]zbw.eu)
<https://www.zbw.eu/>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Dieses Dokument darf zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden. Sie dürfen dieses Dokument nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, aufführen, vertreiben oder anderweitig nutzen. Sofern für das Dokument eine Open-Content-Lizenz verwendet wurde, so gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der Lizenz gewährten Nutzungsrechte.



<https://savearchive.zbw.eu/terms-of-use>

Terms of use:

This document may be saved and copied for your personal and scholarly purposes. You are not to copy it for public or commercial purposes, to exhibit the document in public, to perform, distribute or otherwise use the document in public. If the document is made available under a Creative Commons Licence you may exercise further usage rights as specified in the licence.



Economia do Esquecimento

Paulo Reis Mourão

Coleção Ciência e Cultura para Todos

um
UMinho Editora



Paulo Reis Mourão, doutorado em Economia, nasceu em Vila Real (Portugal). Autor de várias dezenas de artigos científicos indexados na Web of Science e de vários livros focados na Economia, nas Finanças Públicas, na Economia Social e na Economia do Desporto. É uma presença assídua nos meios de comunicação social nacionais e internacionais, contando com vários prémios de reconhecimento científico.



UMinho Editora
Ciência e Cultura para Todos

AUTOR

Paulo Reis Mourão

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Manuela Martins

FOTO CAPA

Vilarinho Seco, Boticas. Tiago Rodrigues

DESIGN E PAGINAÇÃO

Tiago Rodrigues

IMPRESSÃO e ACABAMENTOS

Gráfica Diário do Minho

EDIÇÃO UMinho Editora

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2020

DEPÓSITO LEGAL N° 475317/20

ISBN impresso 978-989-8974-19-8

ISBN digital 978-989-8974-17-4

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.12>

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores. © Autores. Esta obra encontra-se sob a Licença internacional Creative Commons Atribuição 4.0

Economia do Esquecimento

rasgando o Estreito
de Magalhães



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

α CULTURA
Δ NORTE ·

Agradecimentos

Seria paradoxal assinar um livro sobre a Economia do Esquecimento e esquecer-me de tantas pessoas – tantos alunos e amigos, sobretudo – que foram os verdadeiros inspiradores destas discussões, aqui vertidas. Não os esqueço e agradeço-lhes repetidamente!

Também reconheço a atenção e o estímulo da Direção Regional da Cultura Norte, na figura da Dr^a Ana Araújo, sobre este projeto.

Agradeço profundamente ainda à UMinho Editora, nas figuras da Professora Doutora Manuela Martins, do Dr Eloy Rodrigues e da Dr^a Carla Marques, pela qualidade da edição, fruto das nossas diversas interações!

Ao Professor Doutor Cadima Ribeiro, Professor Catedrático da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho e a Sua Ex. Rev.ma o Senhor Dom Manuel Linda, Bispo do Porto, agradeço a leitura dos conteúdos e a generosidade das expressões vinculadas a este livro!

Ao Dr Tiago Sousa, amigo e designer, reconheço não só a fluidez dos debates que tivemos e aqui refletidos em parte, mas também a generosidade do seu traço em várias figuras inseridas ao longo do texto!

Ao jornal “A Voz de Trás-os-Montes” agradeço o espaço oferecido às minhas reflexões, estando muitas delas ligadas aos conteúdos deste livro.

Aos meus Pais e Avós,

Aos meus Filhos,

Porque o Amor - como a terra - não passam se os passamos.

*"A economia do esquecimento
é muito mais notável aqui que a
economia da lembrança"*

Arjun Appadurai

1	Introdução	13
2	Evidência do esquecimento	19
2.1	A prova de que há regiões esquecidas	19
2.2	A prova de que as regiões esquecidas não esquecem o país	30
3	Causas e consequências do esquecimento	37
3.1	Porque esquecemos	37
3.2	Porque se esqueceram	39
3.3	Consequências do esquecimento	50
4	Bons e maus remédios (para fazer memória)	55
4.1	Imperativos categóricos – cada um fazer o que lhe compete (e não o que lhe apetece)	55
4.2	Não queremos (só) turistas...	57
4.3	Outros remédios	59
5	Sobre os que não esquecem	65
5.1	Os samaritanos sonhadores	65
5.2	O tempo e o vento – sobre os emigrantes	68
6	Sobre os que passam e sobre os que ficam	75
6.1	Sobre os que passam	75
6.2	Sobre os que ficam – políticos, eleitores e senadores da memória	80
6.3	Túneis para passar, para fugir ou para regressar?	91
7	Conclusões	97
7.1	Luz e sombra em jeito de início de epílogo	97
7.2	Indicadores do presente-caminhos para o futuro	98
7.3	Alvíssaras finais – 5 prémios para 5 transmontanos e durienses	101
	Bibliografia	106

*"A primavera é breve;
Quem dirá que a nossa vida é imortal?",
Perguntei, e fi-lo afagar com as mãos
Os meus fortes seios.*

(Yosano Akiko)

1. Introdução

Esquecer faz parte de nós. A capacidade limitada que temos em memorizar é um recurso que os diversos avanços da Medicina e das denominadas Neurociências vêm demonstrando como uma capacidade com limites. O ser humano tem uma paixão – que poderíamos denominar como um carinho quase obsessivo – por tudo o que é limitado, contingente, transitório, escasso. As razões para essa paixão foram escrutinadas por autores diversos, desde os clássicos Marco Aurélio, Hegel ou Stuart Mill até autores mais atuais como Turnbull (2007) e alguns destes argumentos serão revisitados neste ensaio. No entanto, existe uma ciência social focada na observação das decisões humanas em ambientes de escassez – a Economia – que desde Robbins é encarada como a ciência da escolha.

A figura de Fernão de Magalhães tem sido invocada nestes 500 anos da sua liderança da primeira viagem de circum-navegação. No entanto, toda ela é um símbolo da Economia do Esquecimento – desde o próprio que quis esquecer a origem portuguesa até à origem portuguesa que durante séculos o tentou esquecer. No entanto, 500 anos depois dessa epopeia que uniu dezenas de nacionalidades à época e que contactou com pontos tão díspares no globo como além da Europa a América do Sul ou o Japão, vemos que tais tentativas de esquecimento não foram eficazes. E essa ineficácia deve levar-nos também a ponderar se tantas vezes o esquecimento que criamos poderá alguma vez ser-nos benéfico, sobretudo o esquecimento das regiões de Portugal.

Este ensaio foca uma escolha em particular – o Esquecimento que todos nós praticamos, sobretudo na esfera de determinadas realidades nacionais, nomeadamente certas regiões, certos cidadãos, certos espaços. Esquecemos ou desejamos esquecer os ambientes (as experiências) onde não fomos felizes ou onde fomos pouco felizes (como Joormann e Hertel, 2005, referem); esquecemos também aqueles cenários que geraram em nós percepções de infelicidade potencial (por exemplo, uma rua escura que atravessámos a correr em determinada noite de inverno); finalmente, esquecemos os ambientes onde reaceamos não poder ser felizes.

1. INTRODUÇÃO

Do parágrafo anterior, verificamos uma linha que autores como Stuart Mill ou Jeremy Bentham apelidam de “hedonista” – tomamos decisões porque queremos ser felizes, ter mais prazer no fim do que dor ou insatisfação. Esquecer ajuda-nos a ser felizes. Aliás, autores como Maia Trigueiro (2016) vêm falando de como a exposição permanente nas atualmente denominadas redes sociais de suporte digital é uma ameaça a esse “direito ao esquecimento” que crentes católicos esperam por exemplo do padre a quem se confessaram. No entanto, as redes sociais lembram pecados antigos, asneiras ditas quando depois não as teríamos querido dizer, poses e fotos que desejámos, no final... esquecer.

Este ensaio é assim um contributo para uma discussão que se impõe – quer em termos positivos quer em termos normativos. Impõe-se em termos positivos pois a diversidade de estatísticas disponíveis revela a premência do problema por uma diversidade igualmente significativa de ângulos. O esquecimento a que espaços – geográficos, humanos e sociais – estão votados por franjas significativas de portugueses é uma evidência empírica que facilmente se provará nas páginas que se seguem. O contributo presente impõe-se em termos normativos porque não só os custos de concentração somados com os custos do esquecimento se tornam claros e emergem como necessitados de correção mas também porque os ‘esquecidos’ – isto é, aqueles que vão caindo no esquecimento de quem deles se deveria lembrar – acumulam dores, pobreza e perdas de desenvolvimento que raiam – em não poucos casos – a ofensa aos seus direitos elementares – como pessoas, como cidadãos e como seres humanos.

Assim, este ensaio está estruturado em sete capítulos principais. Além deste introdutório, temos um segundo capítulo que evidenciará como um espaço específico de Portugal – a região tradicionalmente identificada com Trás-os-Montes e Alto Douro – está esquecida. Mostrar-se-á aí também como apesar de ser vítima de esquecimento, a região em causa não esquece o país. O terceiro capítulo discute causas e consequências do esquecimento, começando pelas razões para o Esquecimento que cada um de nós tem e vai tendo em cada dia e ao longo dos dias e avançando para as razões

principais para o Esquecimento de que a região é alvo; este capítulo termina listando as consequências do esquecimento aqui visado. O quarto capítulo procura ser profilático perante o problema denotado. Então, listam-se – mas também se criticam – os remédios para ‘fazer memória’. Como então se lerá, nem todos os remédios apregoados são bons, havendo maus remédios que inclusive – no final da aplicação – aprofundam ainda mais o esquecimento no lugar de o combaterem. No quinto capítulo, dissecam-se metodologicamente os que não esquecem, sobretudo os que gostam da sua região e os emigrantes que por ela suspiram. O sexto capítulo disserta sobre os que passam pela região, sobre os que vão ficando nela e sobretudo sobre os que a guardam – os Senadores que são os mais velhos dos transmontanos e alto-durienses. Finalmente, o sétimo capítulo conclui.



*A seu canto reaviva-se a esperança,
A saúde aos enfermos já retorna;
Nova alegria a alma nos alevanta,
E a vida em cada peito se renova.*
(Aurélio Prudêncio)

2. Evidência do esquecimento

Como se prova o que não existe? Porque o esquecimento pode ser analisado como a antítese da criação. Pensava-se até Noam Chomsky que a destruição, a demolição, a redução ao pó era o oposto da criação. No entanto, como Metcalfe (2006) refere, até mesmo a redução ao pó envolve um esforço, um “suor” quer de indivíduos quer de coletividades ou nações, para aniquilar o outro ou os outros, a começar pela criação deles. Ao invés, quando votamos ao esquecimento, deslocamos o nosso esforço – o nosso trabalho – as nossas preferências em favor de outras prioridades e relegamos o ‘esquecendo’, isto é, o objeto que se esquece para a última das nossas prioridades.

Assim, numa listagem de materialidade, o esquecimento produz a não-matéria, portanto, torna-se a antítese da criação. Mesmo quando reduzimos ao destruído uma coisa antes criada, conseguimos pesar os escombros, avaliá-los, referir que os danos foram de tantos milhares ou milhões de euros. Ao invés, torna-se um exercício de mensuração muito mais árduo o tentar avaliar (ou em linguagem económica, ‘valorizar’, isto é, ‘dar valor’) ao que se esquece.

Se partirmos da premissa de que o esquecimento é produto da falta de atenção ou da desatenção (Weil, 1950), então poderemos avaliar as realidades esquecidas como aquelas em que:

- as pessoas (os Sujeitos da Atenção) não estão;
- e nas quais a atenção não é efetivada, ou se o é uma vez, não é repetida ou continuada com significância.

2.1 A prova de que há regiões esquecidas

Vamos começar pelo primeiro vetor de prova – a ausência dos sujeitos da atenção. Desde já importa referir que, ao contrário do que facilmente aparece na comunicação social, a ausência da atenção não é unicamente exclusiva da responsabilidade dos

2. EVIDÊNCIAS DO ESQUECIMENTO

governantes¹ – mas é também responsabilidade de todos os outros que – com ou sem poder legislativo ou executivo – a vão esquecendo.

Na prática, quando falamos do esquecimento de um espaço por parte de sujeitos ausentes, poderemos abordar a questão através dos seguintes indicadores:

- Perda da população ou redução da densidade;
- redução do ritmo de nascimentos/aparecimento de pessoas (novas), empresas (novas) ou coletividades (novas);
- diminuição da duração das estadas;
- e aumento das marcas de abandono (deterioração do investimento e do património, quer nas mãos de particulares, quer nas mãos do Estado).

Os diagnósticos abundam para demonstrar que Portugal tem muito do seu espaço como esquecido (ou, como prefiro, enquanto ‘esquecendo’, isto é “objeto de esquecimento”). Um dos diagnósticos mais recentes foi assinado pelo Programa Nacional de Coesão Territorial (2018). A Figura 1 – na página ao lado – foi retirada desse documento (PNCT, 2018). No entanto, não podemos deixar de notar, desde logo, uma visão ‘enviesada’ que atira para “atrás dos montes” a responsabilidade do fenómeno, como se fosse coutada dos residentes que vão resistindo, negligenciando por completo o fator do “Esquecimento” aqui analisado neste ensaio.

Vamos agora só trazer à memória alguns números oficiais, associados ao “prisma do esquecimento”.

1 Sobre este ponto, não podemos esquecer algumas manifestações que pontualmente levaram a população residente em regiões esquecidas a manifestar-se contra a ‘Desatenção voluntária’ dos governos de Lisboa. Uma das mais marcantes aconteceu em Chaves, em 28 de Setembro de 2000, contra o encerramento de delegações universitárias e judiciais. Quase 20 anos depois, podemos constatar que os motivos destas manifestações já não existem na região praticamente desde a altura destas expressões populares. A reportagem do Público (28/Setembro/2000) intitulada “Chaves na rua contra “esquecimento” do poder” é bem descritiva desse momento.

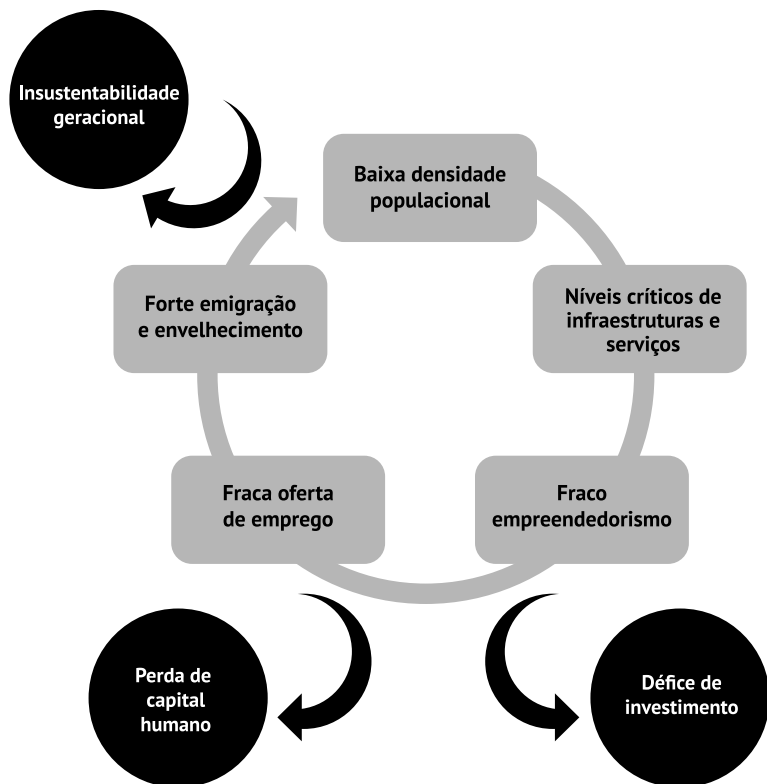


Figura 1 Ideia do “ciclo vicioso” endógeno nos territórios de ‘baixa densidade’.
Fonte: PNCT (2018).

2. EVIDÊNCIAS DO ESQUECIMENTO

Perda da população ou redução da Densidade

Ferrão (2005) revela a variação da população nos concelhos de Portugal entre 1960 e 2011. A clara divisão entre um Litoral (com população que cresceu) e um Interior (que perdeu população) estão bem presente e os comentários tornam-se supérfluos.

Redução do ritmo de nascimentos/aparecimento de pessoas (novas), empresas (novas) ou coletividades (novas)

Explicando o – e sendo também explicado pelo – problema, boa parte dos municípios portugueses, têm taxas brutas de natalidade reduzidas, com gravidade especial no Interior do país. A Figura 2 é uma mera exemplificação para um ano em concreto (o de 2017) que tem elevada correlação com a distribuição mais recente.

A Figura 3 mostra outro indicador de esquecimento: mostra como a demografia das novas empresas ainda traz redução do ritmo para distritos como Vila Real ou Viseu se considerados os valores registados em janeiro de 2019 face aos registados em janeiro de 2018.

Menos empresas comportam menos empregos, reduzindo a atratividade de ativos em virem para a região com tal demografia ou nela permanecerem.

Diminuição da duração das estadas

Se olharmos agora para a “atenção dos transeuntes”, nomeadamente utilizando os dados do INE em relação à estada média em regiões como o Douro ou Trás-os-Montes, dois factos se impõem. Em primeiro lugar, o não-crescimento da estada média nos concelhos destas NUTS que se tem mantido na estada média de 1.4 no Alto Trás-os-Montes e em 1.6 no Douro ao longo da última década, contrariando a tendência de crescimento observado no Norte e no país. O segundo facto obriga-nos a trazer a estada média do Norte em 2017 (1.8) e no país (2.8) o que permite concluir que os turistas dormem menos nas regiões do interior do que dormem nas regiões litoralizadas do país.

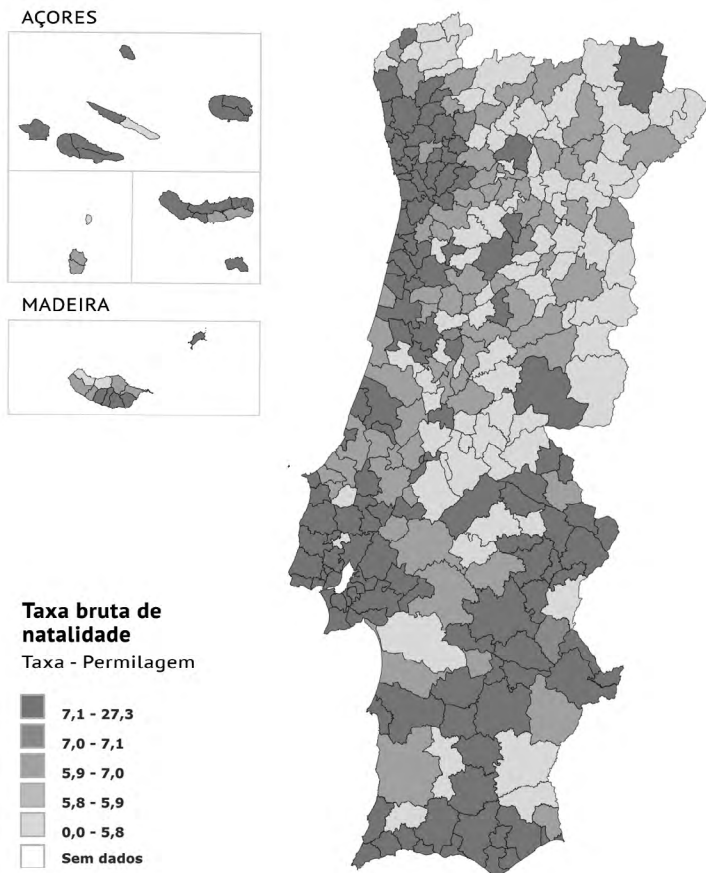


Figura 2 Taxa bruta de natalidade (permilagem), em 2017, por municípios.
Fonte: PORDATA (2019).

DISTRITOS			NASCIMENTOS			INSOLVÊNCIAS			ENCERRAMENTOS		
JANEIRO DE 2019			Jan. 2019	Jan. 2018	Variação homóloga (%)	Jan. 2019	Jan. 2018	Variação homóloga (%)	Jan. 2019	Jan. 2018	Variação homóloga (%)
•	Angra do Heroísmo		17	17	0,0%	1	4	-75,0%	6	6	0,0%
🏰	Aveiro		310	228	36,0%	19	26	-26,9%	95	84	13,1%
🏰	Beja		66	41	61,0%	2	2	0,0%	26	16	62,5%
🏰	Braga		492	399	23,3%	22	20	10,0%	131	118	11,0%
🏰	Bragança		44	35	25,7%	4	2	50,0%	9	19	-52,6%
🏰	Castelo Branco		75	42	78,6%	2	4	-50,0%	22	28	-21,4%
🏰	Coimbra		205	140	46,4%	5	6	-16,7%	61	33	84,8%
🏰	Évora		85	55	54,5%	1	5	-80,0%	18	19	-5,3%
🏰	Faro		351	297	18,2%	4	7	-42,9%	76	70	8,6%
🏰	Funchal		137	144	-4,9%	4	7	-42,9%	47	48	-2,1%
🏰	Guarda		44	38	15,8%	1	3	-66,7%	13	14	-7,1%
•	Horta		10	4	150,0%	0	0	-	2	3	-33,3%
🏰	Leiria		258	202	27,7%	3	6	-50,0%	82	54	51,9%
🏰	Lisboa		1.922	1.838	4,6%	35	60	-41,7%	489	537	-8,9%
🏰	Ponta Delgada		40	38	5,3%	0	0	-	9	10	-10,0%
🏰	Portalegre		36	36	0,0%	1	1	0,0%	6	9	-33,3%
🏰	Porto		1.130	998	13,2%	53	48	10,4%	259	235	10,2%
🏰	Santarém		197	145	35,9%	11	7	57,1%	37	62	-40,3%
🏰	Setúbal		487	396	23,0%	7	20	-65,0%	100	110	-9,1%
🏰	Viana do Castelo		99	101	-2,0%	1	4	-75,0%	35	25	40,0%
🏰	Vila Real		54	63	-14,3%	2	0	-	13	30	-56,7%
🏰	Viseu		136	119	14,3%	2	7	-71,4%	40	36	11,1%
TOTAL			6.195	5.376	15,2%	179	239	-25,1%	1.576	1.566	0,6%

Aumento das marcas de esquecimento/abandono (deterioração do investimento e do património, quer nas mãos de particulares, quer nas mãos do Estado)

Outra evidência do esquecimento está nas marcas do esquecimento e/ou do abandono. Por exemplo, quando passamos por uma casa com os vidros foscas, as tintas das paredes gastas, fissuras nos muros e o telhado com lombos não parecerá difícil concluirmos que essa casa está esquecida, devoluta, abandonada. Também as regiões esquecidas estão mais expostas a determinadas evidências, como a tese de Macedo (2016) sugeria – a concentração de vários indicadores de criminalidade observados por unidade populacional. De um modo simples, a tese em causa não nega que na mesma hora haja mais furtos por carteiristas numa rua movimentada do Porto ou de Lisboa – no entanto, quando reduzimos esse número ‘per capita’ verificamos que regiões como Trás-os-Montes e Alto Douro apresentam valores muito significativos.

Outra evidência correlacionada prende-se com a concentração de outro tipo de delitos de maior gravidade, como homicídios na população. Poderíamos escrutinar aqui as causas gerais que são comuns à prática do homicídio (questões passionais, violência doméstica, quesitos de propriedade, defesa da integridade física e moral, etc). No entanto, valores como os de Macedo (2016) ou os do jornal A Voz de Trás-os-Montes (edição de 4 de abril de 2019) revelam que os espaços com menos população nem por isso manifestam menor propensão para a presença ou para o risco associados a este tipo de situações extremadas, colocando desafios adicionais sobre os que vivem, sobre os que regulam a vida das comunidades e sobre os que protegem e asseguram a segurança das populações. Porque, em consequência, este tipo de realidades acarreta o risco de outras situações – nomeadamente, a exposição/desproteção do património cultural e religioso destas regiões, alvo de saques significativos com custos muito relevantes para todos².

² Sobre este assunto, veja-se a reportagem do Jornal de Notícias, em 16/03/2019 intitulada “Assaltaram Mosteiro de Bravães e levaram os santos”.

Vamos agora refletir sobre estes números.

2.1.1 *Falta de atenção ou “Pas de nouvelles, bonnes nouvelles”?*

Depois de casa roubada, põem-se trancas nas portas. Os adágios populares refletem um conhecimento empírico, generalista e prudente. No caso da “casa roubada, vigilância reforçada” aplica-se um conhecimento que se debruça sobre a tendência pessoal e social de estarmos mais atentos a uma má experiência depois de sentirmos as consequências derivadas da negligência anterior.

O mesmo adágio tem-se aplicado, muitas vezes, ao legislador nacional e ao respetivo par comunitário. Em não raras ocasiões, legisla-se contra o fogo, depois da terra queimada, legisla-se sobre o setor financeiro depois dos escândalos, legisla-se sobre a segurança depois do terrorismo massacrar.

Desde logo, impõe-se uma questão, simples e abominavelmente densa: porque existe a lei? Porque se legisla? As escolas do direito clássico convergiam numa resposta: existe lei porque o comportamento humano é instável. Mas dado o desejo profundo de vida comunitária, a lei regula o comportamento entre os seres humanos, envolvendo toda a matéria desfrutável por cada agente, logo, responsabilizável. As escolas do direito moderno acrescentam alguns pormenores a estas assunções. Existe lei porque a sociedade a pede, como resposta a um quadro que não se deseja repetir ou que se pretende prevenir. Um quadro composto, cada vez mais, pelos contributos de ciências como a Economia que tem identificado as “falhas” (isto é, as imperfeições) sobre a relação direta de troca de valores entre os agentes (o denominado “mercado”), sobre as falhas da autoridade (o denominado “Estado”), ou sobre as falhas dos costumes e das tradições nas visões da sociedade atual.

Uma lei é reativa se responde a um quadro vivido por grupos da sociedade. Uma lei é proativa se tenta prevenir e influenciar uma tendência observada num fenómeno. Empregando uma metodologia apropriada, trabalhos como Mourão e Martinho (2016) concluíram

que as leis de incidência florestal tendem a ser, em Portugal, reativas. Portanto, primeiro assistimos à evolução e ao alcance dos prejuízos florestais; depois, legisla-se sobre o assunto.

Estas conclusões merecem reflexões aprofundadas. A primeira mostra que setores – como o florestal – que vão caindo de importância no PIB só chamam a atenção quando são focos de prejuízos humanos e sociais avultados. Por arrasto, poderíamos colocar nesta negligência muitas estradas, infraestruturas públicas e mesmo edifícios de uso coletivo espalhados por tantos territórios de baixa densidade. A segunda reflexão mostra que no lugar de um Parlamento (nacional) providente temos (tido) um parlamento-sirene que legisla só quando o alarme toca. Finalmente, a terceira reflexão mostra uma estabilização (em valores muito baixos) dos documentos legislativos incidentes no setor florestal, nos últimos anos. Uns dirão que até está bem, demonstrando que uma acalmia na regulação ajuda os agentes a organizarem-se; outros dirão que pouca legislação pode ser sinal/ameaça de esquecimento. Aliás, pesquisando pelas bases de dados legislativas em Portugal, um termo tão simples como “Douro” tem aparecido cada vez menos na própria legislação nacional.

“Pas de nouvelles, bonnes nouvelles” ou “Olhos que não veem, coração que não sente”?

Os adágios são tramados...

2.1.2 Ciclos Políticos do Investimento na região

Num cenário de governos em democracias dinâmicas e modernas, a maioria dos cidadãos pergunta qual o reflexo desta gestão da contingência nas suas vidas. Gostaria de incidir a reflexão nos reflexos sobre as dimensões que a Economia tem identificado como as mais sensíveis à expectativa de instabilidade política: os investimentos, os projetos de transversalidade temporal e o planeamento de transversalidade partidária.

2. EVIDÊNCIAS DO ESQUECIMENTO

Começemos pelo investimento. Entende-se por investimento toda a realização de despesa cuja utilidade é diferida no tempo. Ao contrário da despesa em consumo, que visa satisfazer necessidades imediatas ou de curto prazo, o investimento visa satisfazer necessidades que se prolongam no tempo. Assim, é manifestação de investimento a construção de uma casa, de uma fábrica, de colocação de depósitos a prazo ou um empréstimo prestado a alguém. Desta forma, muitas vezes, o investimento exige o contributo de vários agentes que emprestam o resultado do seu trabalho para a conclusão da obra. O investimento, como envolve uma grande “fé” no futuro, é uma dimensão que se realiza quando os agentes confiam que a casa será terminada, que a quinta ficará paga, que o dinheiro emprestado será devolvido. Ao contrário de uma ‘raspadinha’, no investimento esperamos períodos longos até vermos os primeiros frutos, os primeiros retornos. Por isso, realidades económicas e políticas marcadas pela instabilidade são realidades cujos investimentos tenderão a ficar atrasados, sobretudo aqueles alicerçados em riscos maiores ou com garantias menores. Perguntar-me-ão: não haverá investimento em Trás-os-Montes sem maioria absoluta em São Bento? Não, haverá. E haverá se os agentes privados, por um lado, sentirem que a estrutura da democracia Portuguesa não gerará oscilações “morais” das taxas de juro e se, por outra via, os agentes públicos, independentemente da cor, souberem trabalhar para a região.

Isto leva-nos aos projetos de transversalidade temporal. As regiões em todo o mundo mais desenvolvidas não o foram porque tiveram governos de direita ou de esquerda ou porque tiveram deputados de direita ou de esquerda. Muitos estudos provam que as regiões que mais beneficiaram do ‘pork barrel’ (isto é, investimento de simpatia dos governantes pelos eleitores daquela região) foram aquelas que tiveram os políticos e os cidadãos que souberam impor-se, que souberam trazer investimento, emprego e projetos para a sua terra. Numa altura em que os partidos se mostram muito difusos, também em vários momentos da vida política internacional se tem verificado que, nessas brechas, se encontram oportunidades que os políticos mais amigos da sua terra e dos seus eleitores podem usar para trazer projetos que, noutras circunstâncias, não veriam a luz da aprovação. Portanto, as regiões mais favorecidas nos momentos de

instabilidade política são as que têm os políticos mais astutos mas também mais próximos da terra. Ao contrário, se as regiões tiverem deputados de memória curta, então os momentos de instabilidade política tenderão a reforçar o centralismo dos parlamentos nacionais e a esvaziar o poder e o interesse locais.

Finalmente, o planeamento de transversalidade partidária, subjacente no anterior ponto, recorda que nos falta a dimensão da regionalização para servir de estabilizador automático das crises nacionais. Orçamentos regionalizados evitariam a dependência dos humores de São Bento (aliás, um homem com humor muito variado segundo a hagiografia). Quando tivermos uma verdadeira regionalização, ficaremos tão preocupados com a maioria em São Bento como costumamos estar com as maiorias no Parlamento Europeu. Mas depois a importância que damos aos homens e mulheres de São Bento será menor do que aquela que vão tendo.

Nesta sequência, tornam-se preocupantes os números divulgados no recentemente anunciado (em janeiro de 2019) Plano Nacional de Investimentos 2020-2030. Quando estradas exigidas para a região custam em média 20 milhões de euros, como se explica que a dotação prevista neste Plano de iniciativa governamental seja de 80 milhões de euros para todo o programa? Outros pontos abertos são as ligações modernizadas à Espanha (quer por Puebla de Sannábria, quer por Gudiña) bem como a conclusão do IC5 ou a possibilidade de estabelecimento de um aeroporto regional no planalto transmontano. Talvez a imagem mais esclarecedora desta ausência de contemplação seja a Figura 5, um recorte (que se tornou viral nas redes sociais em janeiro de 2019) publicado no JN (em 13 de janeiro de 2019).

Silveira Pereira (2010), num trabalho muito estimulante publicado na Revista das Letras da Universidade do Porto, já havia mostrado como a região transmontana e alto-duriense - um dos espaços mais contemplados no país para o desenvolvimento ferroviário - está agora só com pouco mais de 50 quilómetros de ferrovia em atividade.

2. EVIDÊNCIAS DO ESQUECIMENTO

2.2 A prova de que as regiões esquecidas não esquecem o país

A literatura universal recheou-nos com exemplos soberbos de personagens que – aparente ou efetivamente esquecidas – não esqueciam o foco da atenção. Desde Penélope e o seu bordado feito e desfeito (semelhante aos peixinhos de metal do Coronel Aureliano Buendia, em ‘Cem Anos de Solidão’), temos uma longa lista de pacientes que esperavam o encontro, a atenção, o abraço, o olhar, a eternidade com os amantes, os entes queridos, até com Deus.

Mas a região transmontana e alto-duriense é ela, também, uma dessas personagens trágicas. Pacientes. Resistentes. Resilientes. Observa-se como a região não esquece o país. Do decurso do exposto neste ensaio até ao momento, as marcas da memória são sobretudo três: esforço pelo bem-estar do outro, culto da memória do outro e reconhecimento pelo outro.

Vamos abordar de seguida estes esforços, começando pelo esforço que se divide em estímulo coercivo (‘impostos’ pagos) e em motivações solidárias – a colaboração nos pedidos de ajudas das outras regiões ou de agentes e instituições de outras paragens mas também na característica histórica da região em ser tradicionalmente um depositante bancário líquido, contribuindo para a composição da Poupança Nacional.

2.2.1 *Orçamento de Estado, Lei de Say e Célebres Equações*

De acordo com a Lei de Say, a oferta, por si só, gera a procura: a “production” abre os “débouchés”. A imagem de Say é uma das imagens preferida pelos defensores de que a economia só se mexe devido ao lado da produção - produz, ganha, distribui, investe, produz, ganha, etc: essa é a lógica da “oferta cria a própria procura”. Imaginem um trabalhador que se esforçou/trabalhou e que é remunerado no final do dia. Com esse pagamento, ele vai poder pagar bens de consumo (alimentos, roupas, etc.) que eventualmente terá ele próprio produzido ao longo do dia numa fábrica. Keynes inverteu o “passo inicial” - referia que inicialmente o trabalhador tem de

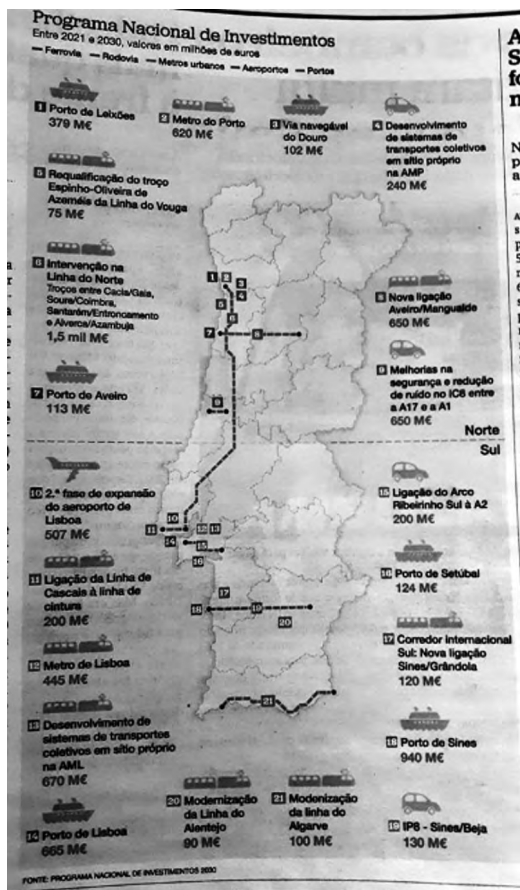


Figura 4 Infografia do JN sobre o Programa Nacional de Investimentos (2021-2030).

2. EVIDÊNCIAS DO ESQUECIMENTO

receber o dinheiro para no dia seguinte (ter vontade de) trabalhar e assim dinamizar a economia.

Mas, para iniciar esse ciclo virtuoso ‘a la Say’, é preciso que alguém invista para haver produção e tem de haver expectativas de procura dos bens que são produzidos. O que Say parece estar a dizer é que basta produzir para que se gere procura. Mas a procura implica poder de compra. Será realista supor que basta haver oferta, e que a procura surgirá por si só, graças à remuneração que acompanhar a produção dos bens?

O chavão de Say tem vários pressupostos: acumulação razoável de recursos à partida, poder de compra crescente, ausência de ‘leakages’/fugas de capital para outros espaços, eficiência do setor bancário e preferência por consumir os “produtos da casa”, etc. Para as economias com problemas de acumulação, Say é (ainda hoje) uma parábola/exagero.

Quando se fala em déficit público, significa que as despesas das figuras públicas ultrapassam as respetivas receitas. Desde há 200 anos, que se percebe como os défices interagem com as poupanças dos particulares e com os défices externos. Na questão da “regra de ouro orçamental” existe uma equação subjacente:

Poupança particular - Investimento particular = Défice Público + Saldo Corrente com o Exterior

Logo, só conseguimos manter défices públicos se o privado poupar ou se o saldo corrente com o exterior ajudar (isto é importar sobretudo investimento direto do exterior). Portanto, alguém tem de financiar. A menos que se verifique o “Paradoxo do Scrooge (de Dickens)”: o paradoxo de quem poupa para a velhice e não chega a velho... o que faz com que alguém usufrua/herde do seu sacrifício-poupança.

No país, são regiões como a transmontana que poupam para financiar o esforço que outras regiões pedem às instituições financeiras. O rácio depósitos por créditos que a fonte PORDATA (2019) disponibiliza para os concelhos da região – entre 1990 e 2017 – oscila

em redor dos 2.0: isto significa que por cada Euro concedido como empréstimo na região, a mesma deposita dois Euros, sobrando um Euro para auxiliar no financiamento das regiões restantes.

2.2.2 Depositantes também de Memórias e do Culto da Memória

Gostaria de começar este sub-capítulo com uma história pessoal. O meu saudoso pai, durante o tempo de tropa, antes de formar batalhão e ir para Angola, namorou com uma menina de Setúbal. Aos fins de semana, ambos apreciavam ver os jogos do Vitória (de Setúbal) no Bonfim, nos tempos dourados de jogadores como JJ e de treinadores como Pedroto. Anos depois, perdeu-se a namorada mas ficou o amor ao Vitória Futebol Clube (de Setúbal).

Já estava hemodialisado o meu pai – portanto depois de 2006 – quando o Vitória encetou uma das suas inúmeras campanhas de capitalização, recorrendo a uma conta IBAN para receção de transferências de valores de sócios e simpatizantes. Logo, o meu pai me pediu que o ajudasse a enviar 20 euros para a referida conta. Fi-lo e – curiosamente – quase um ano depois, um jornal dava conta de que ‘a campanha não estava a ter o sucesso esperado pelos promotores, pois só tinham recebido à data 20 euros de um simpatizante do Norte do país.’

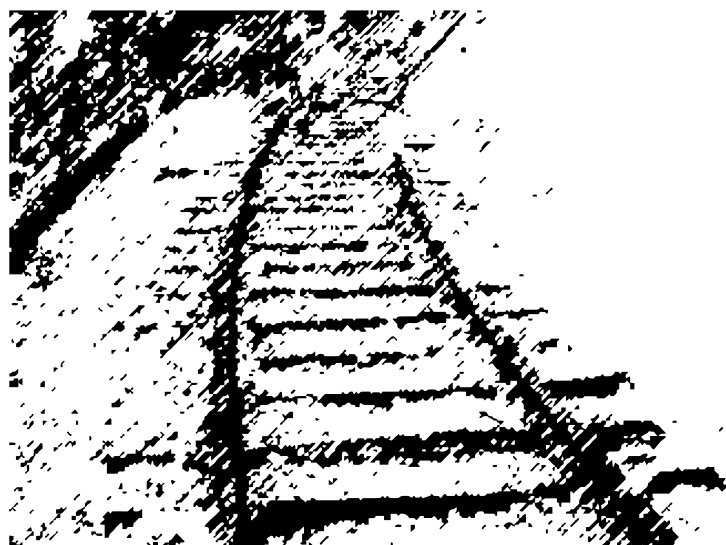
Esta história – do meu próprio álbum de memórias – mostra em si algo que os transmontanos e durienses repetem, anonimamente e desde há muito: a solidariedade para com o outro, para com o país, para com as necessidades do país. Não só remetem transferências para apoiar cidadãos e instituições das outras partes do país como estudos à semelhança de Mourão (2007) mostram como são imparáveis na participação e colaboração de campanhas como as da Liga Portuguesa contra o Cancro.

Ao passearmos pela toponímia das ruas dos locais transmontanos e durienses não falta o reconhecimento pelas personalidades do país, pelos acontecimentos que marcaram o país e pela memória do próprio país. Poderiam os transmontanos sobrestimar as personalidades

2. EVIDÊNCIAS DO ESQUECIMENTO

da região, os acontecimentos observados na região ou a memória da própria região. Em contrapartida, não o fazem e até dão o melhor lugar das suas ruas e avenidas aos heróis, homens e mulheres ilustres, do país. Portanto, fazem e são memória perante os outros que esquecem. Símbolo eloquente dessa generosidade foi o esforço de beleza indescritível que o editor transmontano Manuel Hermínio Monteiro deixou à posterioridade – a sua ‘selecta poética’, a compilação de alguns dos mais belos poemas da Humanidade – a ‘Rosa do Mundo’.

*Ontem pôs-se o sol, e a noute
Cobriu de sombra esta terra.
Agora é já outro dia,
Tudo torna, torna o sol;
Só foi a minha vontade
Para não tornar cóo tempo!*
(Bernardim Ribeiro)



3. Causas e consequências do esquecimento

3.1 Porque esquecemos

Na generalidade, todos esquecemos algo permanentemente. Esquecemos para priorizar. Como a nossa capacidade de armazenamento sensorial é limitada, precisamos de ir esvaziando essas gavetas para poder guardar nelas coisas novas que consideramos mais relevantes. Como vários trabalhos – sobretudo nos campos científicos das Neurociências, nomeadamente da Psicologia, o demonstraram com qualidade (desde os pioneiros Thompson, 1952; Wutt, 1957) – aquilo que vulgarmente apelidamos de memória pode ser vista como um maravilhoso armazém de mercearias que temos de gerir.

Uma das dimensões mais fluidas desse armazém – a do lado circulante, se estivéssemos numa perspetiva de Logística, portanto – refere o armazenamento a curto prazo. Na prática, utilizando um exemplo diário – a ida para o local de trabalho – tendemos a esquecer rapidamente a cor dos carros que se cruzaram connosco nessa ida ou a cara dos outros passageiros no autocarro. Em contrapartida, lembramos o “principal” – o sentido do caminho, as curvas ou elementos pelos quais nos guiamos nos cruzamentos, o número da linha do autocarro.

Assim, numa perceção mais lata a uma escala regional no nosso país, existe a problemática que já aqui ficou denunciada – muitas experiências de turismo de fim-de-semana ou na simpatia dos programas televisivos de domingo à tarde – não passam de experiência de “memória curta” por mais fotos ou ‘selfies’ tiradas nos locais de passagem. Chamo, pois, aqui o reforço da atenção para esta expressão – os “locais de passagem”. Na maioria das vezes em que auscultamos um mapa mental, olhamos para o destino e desvalorizamos, implicitamente, os locais de passagem, as áreas de serviço, as paragens de conveniência.

Portanto, em síntese – o turismo de passagem reforça este lado do esquecimento próprio das memórias de curto prazo.

3. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO ESQUECIMENTO

Em contrapartida, estudos como os de Zimmer e Engelkamp (1999) mostraram como o armazenamento a longo prazo – portanto as mercadorias maiores e mais caras no armazém da nossa memória – estão ligadas a uma complexidade que não podemos dispensar.

Desde logo, a uma sinestesia de valores, de emoções, de sabores e sensações várias. Aquele cheiro, aquele perfume, aquele olhar, aquelas cores, aquelas lágrimas, aquele riso, aquele beijo. A poesia, a pintura e a música do Impressionismo reforçam esta análise do papel de uma não-linearidade ou ‘combinação caótica’ dos mundos que compõem primeiro as impressões e depois a memória Longa.

As experiências de Ebbinghaus (1885) mostraram como tendemos a esquecer muito logo após o momento de contacto com a experiência. Mas, posteriormente, o processo de esquecimento é realizado a um ritmo menor. Processos de maior eficácia na capacidade de retenção de memória foram analisados por autores como Wozniak (1999) ou Thorne e Henley (2005). Desde estratégias de reconhecimento ou de uma construção de conexões com os elementos próprios de cada indivíduo (por exemplo, a língua comum recorda-nos que estamos no nosso país ou com pessoas do nosso país, bem como a participação numa cerimónia religiosa une os co-celebrantes, etc.) até processos de reaprendizagem, existe toda uma miríade de instituições e práticas colaborativas nestes intentos.

Dentro destas discussões (Kelley e Nairne, 2001), uma das evidências mais estimulantes é a que aponta o “Efeito von Restorff” pelo qual tendemos a lembrar melhor os intrusos nos grupos. Por exemplo, um adepto vestido de azul e branco numa falange de cor vermelha destoa. Na mesma medida, através deste efeito, notamos mais para uma fivela considerada de gosto duvidoso num conjunto de vestuário impecável do que num conjunto de vestuário informal. Ou, ao invés – olhamos mais depressa para os grandes olhos verdes da menina afegã que se tornou capa da National Geographic do que para a tonalidade da sua pele.

Assim, efeitos de surpresa – como uma imagem forte, muito positiva, no meio de uma região sobre a qual tínhamos ideias preconcebidas de pobreza e subdesenvolvimento – são muito mais eficazes

do que elementos previstos. Encontrarmos pessoas satisfeitas, empreendedoras e que nos estendem a mão num aceno e não num peditório tocam-nos muito mais do que quando as esperaríamos deprimidas.

Outras dimensões – nomeadamente, o fracasso em recuperar memória (na expressão de Kelley e Nairne, 2001) – podem ser significativas na Psicologia do Esquecimento. Dentro destas, merecem elencação as seguintes:

- enfraquecimento do traço da memória (motivado pelo envelhecimento do indivíduo);
- distorção do traço de memória devido à indefinição de conceitos mal compreendidos;
- esquecimento motivado (convergente com as noções de “repressão freudiana” pelas quais queremos esquecer as memórias penosas e más, nomeadamente ideias de pobreza, fome, sujidade ou dor que associamos a determinados quadros);
- e finalmente temos o esquecimento por causa da interferência, devido à presença de demasiados focos atractores de atenção.

Com todas estas apologéticas para perdoar aos que se esquecem da outra metade do país, vamos avançar neste ensaio.

3.2 Porque se esqueceram

Esquecer, ao contrário do que poderíamos pensar quando iniciámos a leitura deste ensaio, não é (pois assim tão) fácil. Por vezes, como as experiências de LeMoult et al (2010) mostraram em complementaridade, a ‘obsessão pelo esquecimento’ obriga a uma memória permanente do objeto que pode levar a determinados estados patológicos. Assim, ao contrário do que poderíamos arguir, não é fácil esquecer uma pessoa, uma família, grupos delas ou, finalmente, uma região inteira.

3. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO ESQUECIMENTO

Existe uma força natural de atrito contra o esquecimento de cada um – o sentimento tão português denominado de ‘saudades’. Desde Sá de Miranda ou Camões até Homem de Mello ou Agostinho da Silva, muitos foram os autores que falaram desse sentimento que quisemos nosso para justificar esse ser tão português que é o fazer memória. Se a saudade é assim tão nossa, se o quisemos tão nosso, torna-se ainda mais paradoxal para qualquer português o Esquecimento a que ele ou ela votam tantos outros portugueses.

Como autores à semelhança de Safina (2015) referiram, o sentimento sobre a memória, como a saudade, não é exclusivo dos humanos. O país ficou sensibilizado com uma reportagem passada na televisão em 15 e 16 de janeiro de 2019 sobre uma cadela que recusava abandonar a casa onde o dono tinha morrido, vítima de um incêndio, numa aldeia em Chaves. O animal passava os dias nos escombros à procura do dono. Se os canídeos são famosos por esta fidelidade à memória, outros exemplos vêm de animais como cavalos, elefantes ou corvos.

Regressando à dificuldade do esquecimento, referimos que dificulta esse exercício o triângulo formado pela memória coletiva, pela cultura (como sacrário contra o esquecimento) e pelas instituições coletivas.

A memória coletiva é uma espécie do álbum de família sempre aberto. Quando folheamos o álbum de família, há sempre uma história que salta para a conversa, há sempre uma criança a perguntar “Quem é?” apontando o retrato de um parente, há sempre um bater de coração que nos traz presenças. A memória coletiva de um país – no caso, Portugal – recorda os contributos das diversas gerações que povoaram as várias regiões para o estado atual do próprio Estado. Assim, é impossível debater-se o contributo do Portugal moderno sem fazer memória do contributo das hostes transmontanas que combateram lioneses e árabes ao lado de Afonso Henriques e ao lado de Gonçalo Mendes da Maia, que combateram franceses napoleónicos em Chaves, em Penafiel, em Ourense e em Salamanca, que se degladiaram com homens da Traulitana nas raiais nordestinas ou nas ruas de Vila Real. A memória coletiva de outros países – por

exemplo, do Brasil – não esquece que Manuel da Nóbrega, antes de fundar o Colégio Jesuíta em São Paulo de Piratininga, tinha saído de Sanfins do Douro. A memória coletiva da Igreja Católica considerou Beatos Bento de Castro (de Chacim) ou Nicolau Diniz (de Bragança), companheiros do Beato Inácio de Azevedo no martírio no Atlântico em 15 de julho de 1570, ou o servo de Deus Sebastião Maria (1833-1884), o “Santo Moleiro” de Sanfins do Douro.

A cultura já foi definida por Smith e Bond (1998) como o ar que nos permite sobreviver em comum. Autores que se debruçaram sobre a cultura portuguesa foram Sofia Sampaio (2013) ou Agostinho da Silva (2001). Recorrendo a estes autores, torna-se impossível abordar a cultura portuguesa sem abordar os contributos culturais dos homens, mulheres e suas criações de Trás-os-Montes e Alto Douro. Desde os universais Guerra Junqueiro ou Miguel Torga até estudiosos como o Abade de Baçal ou Leite de Vasconcelos.

Quando refiro instituições coletivas, faço-o na esteira de autores como Feiock (2013). Assim, os mecanismos de comunicação em massa, os processos de abordagem política, até as federações desportivas se enquadram nesta nomenclatura. Sem entrar nos detalhes da discussão como Williamson (1985) o fez tão bem, o que pretendo aqui salientar é que estes processos, portanto – as instituições coletivas – recordam-nos ‘esquecendos’ como as regiões do Interior, os idosos dos nossos dias, os pobres das nossas cidades, os animais abandonados das nossas ruas. Quando ouvimos, em Lisboa, que os resultados eleitorais para as legislativas apurados no distrito de Bragança foram aqueles ou quando folheamos as páginas do diário desportivo numa segunda-feira e, por acaso, vemos os resultados da jornada de fim de semana da distrital de Vila Real, somos levados a não nos esquecermos que existe o distrito de Bragança e que existe o distrito de Vila Real. Portanto, mesmo que – sem querer – nos estejamos a esquecer de Bragança e de Vila Real, estas instituições coletivas não no-lo deixam.

Na análise económica, ensinamos a distinção entre um estímulo exógeno (que parte de realidades que, só muito residualmente, podem ser alteradas pelos agentes recetores do estímulo) e um impulso

3. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO ESQUECIMENTO

endógeno (derivado das opções individuais de cada agente em análise). Assim, o efeito que sentimos relativamente à inflação é muito mais claramente identificado como exógeno (para nós) do que o desemprego ou os padrões de consumo.

Se estes efeitos acontecem sobre nós, também podem acontecer sobre os espaços. Um espaço sofre consequências exógenas quando impostas por ‘forças’ que em pouco mais de nada se importam com o referido espaço. O espaço sofre ‘políticas endógenas’ quando as consequências são derivadas das escolhas dos agentes desse mesmo espaço. Por exemplo, as teorias de crescimento endógeno assumem que os agentes impulsionadores se esforçam por produzir mais e por auferirem melhor nível de vida, recebendo assim parte do resultado desse esforço.

No entanto, é muito comum observarmos como as forças endógenas e exógenas andam por aí ao deus-dará. Sobretudo, no discurso político. Quando algo corre mal, foi uma força exógena – foi o destino, foi o Governo, foi o azar, foi o tempo. Quando algo corre bem, é sempre mérito dos “nossos” – os do nosso bairro, os do nosso clube, os do nosso partido, os da nossa religião, os da nossa casa, os do nosso coração. Quando, em rigor, como a Economia nos ensina, desde o nosso nascimento até à nossa morte, somos feitos de escolhas e somos feitos por escolhas (a começar pela escolha da mãe em nos dar à luz). Escolhas que tem sempre a sua parte de consequências endógenas (imputáveis a nós) e consequências exógenas (como dizia Sartre, o Inferno são os outros).

O exemplo do Vinho do Porto, melhor dizendo – “Vinho fino para os antigos / Tratado para os lavradores / Generoso para os amigos / Do Porto para os doutores!” – é um belo exemplo de sabermos jogar com todas as forças – exógenas e endógenas.

Geralmente, o vinho do Porto tinha um destino prioritário no Reino Unido e só uma parte residual era alocada ao Brasil (e a territórios sob administração portuguesa). Geralmente isto era explicado por ‘episódios endógenos’, como a inexistência de uma cultura de consumo do nosso vinho no Brasil, o desinteresse/incúria dos administradores em solo brasileiro ou o empobrecimento da qualidade

no transporte remoto. Trabalhos recentes (Mourão, 2017) desmistificaram estas ‘ideias feitas’ ao validar a importância das ‘forças exógenas’, como a evolução dos preços e das taxas de câmbio que favoreciam de sobremaneira o comércio com a Europa deste nosso produto que foi a principal exportação portuguesa até ao século XX.

Assim se provou que sabendo gerir o comércio internacional, sabendo aproveitar a ‘força exógena das marés’, os barcos bem navegados chegam ao seu destino. Conclusão: escolham-se bons timoneiros e aprenda-se a aproveitar a energia das forças exógenas.

3.2.1 Primeira causa do esquecimento: não se ama o que não se conhece – o papel da educação

Uma das vantagens do comércio é o de estabelecer estímulos de diferente nível de percepção nos agentes económicos. Desde a Escola de Salamanca, que formou muito dos homens dos Descobrimentos ibéricos, que sabemos que as relações comerciais são o palco primário para a Paz bem como, também, para adivinhar a guerra.

Um desses estímulos – por vezes, invisível – encontra-se no desafio que o comércio coloca aos produtores, em primeiro lugar, aos distribuidores, de seguida, e, finalmente, ao consumidor, por último. O produtor tem estímulo em produzir cada vez melhor, ao ver a sua produção comparada com os produtos que chegam pelo comércio. O distribuidor tem estímulo em continuar a dinamização dos mercados, facilitando o transporte do produto a partir da origem e até ao destino. O próprio consumidor – cada vez mais detalhado pelos campos do Marketing – muda gostos, percepções e até ideias a partir dos novos produtos com que contacta.

Autores como Mourão e Popescu (2016) investigaram como a formação profissional tende a ser muito mais aderida nas regiões europeias que apresentam valores superiores de abertura comercial.

Nestas regiões, muito mais dependentes das importações e das exportações do que outros espaços, percebe-se com nitidez superior

3. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO ESQUECIMENTO

como a formação profissional e superior adequadas, atualizadas e versáteis permitem ganhos no mercado competitivo à escala europeia.

Assim, não foi de estranhar que o aumento do grau de abertura comercial trouxesse maior procura por educação, maior mobilidade de estudantes e de docentes bem como uma dinamização do setor da formação profissional. Em contrapartida, momentos de maior isolamento foram sempre – até ao longo da História – acompanhados de neo-proteccionismos, neomercantilismos e autarcização das economias e das sociedades.

A Educação – como exercício de engrandecimento da pessoa e das comunidades – corre sempre sérios riscos quando as xenofobias, os proteccionismos e os absolutismos ideológicos imperam. Em contrapartida, os movimentos de intensificação das relações internacionais obrigam-nos a, em permanência, procurarmos saber mais, aprender o novo e valorizar o conhecido.

3.2.2 Segunda causa - as migalhas do Lázaro esquecido

Como dividimos um bolo de aniversário? Geralmente, o distribuidor (que é quem parte) acerta com uma porção razoável para satisfazer a gulodice dos convivas e distribui porções muito parecidas pelos mesmos convidados, independentemente de serem homens ou mulheres, baixos ou altos, com mais ou menos massa corporal. Quando a divisão é mais intimista, por exemplo por duas pessoas, uma estratégia usada em Inglaterra é a de uma partir o ‘cake’ e a outra pessoa escolher a parte que mais lhe aprouver.

Já um executivo político, ao distribuir fundos, raramente distribui a totalidade por igual. Na maioria dos esquemas distributivos de apoios, subvenções e investimentos pelos espaços governados no universo da OCDE, existe um mínimo que é comum a todos os espaços (cuja soma tende a não ultrapassar os 25%) e depois cada espaço receberá em função de três dimensões: população, dinâmica económica e alavancagem política. A terceira dimensão (‘alavancagem política’) é a dimensão que funciona como uma espécie

da antiga “lei do terço” testamentário, na qual o testador dispunha livremente do terço do património em questão para atribuir na sua discríção, independentemente dos amuos dos herdeiros legítimos.

Observa-se, de um modo muito curioso (e portanto estimulador de ciência) que quando a desigualdade na distribuição destes fundos cresce, o PIB de certos países – como o do Brasil – também cresce nos anos seguintes; ao invés, se a desigualdade na distribuição destes fundos diminui, o rendimento criado tende também a diminuir. Este resultado é ainda mais estimulante porque contraria uma conclusão que havia sido previamente feita para o caso português, onde se verificara o inverso – se São Bento aumentava a desigualdade na repartição pelos municípios, o efeito gerado no futuro PIB português era negativo. Como conciliar, assim, estes resultados que envolvem países diferentes habitados por povos irmãos? A explicação encontra-se no diferencial do ciclo das taxas de crescimento económico. Países “rápidos” apostam mais nos cavalos corredores do que nos troteadores; países de crescimento mais lento apostam mais em quadrigas de modo a que todos cheguem ao mesmo tempo.

No entanto, convém não esquecer que o crescimento económico, como o rendimento de cada um, não é um fim em si mesmo. Será interessante também auscultar em que medida a distribuição desigual de fundos aumenta ou diminui a distribuição desigual de recursos qualificados, de desemprego/emprego, de assistência social e de percepção da qualidade de vida. Caso contrário, uns crescerão à custa do ananismo dos outros. Caso contrário, poderá haver bolo não comido nos pratos e azedume à volta da mesa.

3.2.3 Terceira causa – o preconceito

Desde que nascemos, que percebemos que somos diferentes. Uns dos outros. Dos nossos pais e avós. A vizinhança tem casas diferentes e o mesmo condomínio alberga tapetes diferentes na porta das frações. As garagens guardam viaturas diferentes – quer na cor, quer na cilindrada, quer no ano de matrícula.

3. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO ESQUECIMENTO

A literatura sobre a desigualdade socioeconómica raramente se preocupa com estas diferenças. Porque a desigualdade social começa na desigualdade das preferências com que cada um nasce e se cria. Uns nascem ou aprendem a gostar do vermelho, outros do verde e terceiros do amarelo. Há também quem nasça ou aprenda a gostar do azul e das outras cores. Portanto, poderemos considerar que a desigualdade socioeconómica começa nos genes de cada um. Preferimos amizades diferentes, madeixas desiguais, frequência de cafés distintos, compositores diversos, bandas filarmónicas divergentes das preferidas dos nossos mais próximos. Depressa percebemos que somos diferentes no tamanho, na altura, no peso, na beleza e na atratividade, na capacidade de abstracção e nas qualidades estéticas. Uns gostam delas grandes, outros gostam delas pequenas e há até quem as prefira bem passadas – às postas maronesas, claro!

Mas a literatura sobre a desigualdade sócioeconómica considera que esta é muito mal percebida pelos indivíduos na observação de três cenários.

O primeiro cenário é relativo à desigualdade que impede a obtenção de mínimos absolutos de sobrevivência física e social. A desigualdade que mata uns à fome, que reduz o ser humano a um animal ou que impede a satisfação básica dos indivíduos com a sua vida é o primeiro cenário que despoleta a revolta.

O segundo cenário deve-se à desigualdade de recompensa pelo mesmo esforço. Fica revoltado o aluno que demonstrou o mesmo empenho que o colega e que tem nota mais baixa; fica revoltado o funcionário público que com o mesmo (ou melhor) desempenho que o seu colega é preterido por critérios officiosos; fica revoltada a região que paga os mesmos impostos e vê uma còdea de recompensa do Orçamento de Estado, repetida a còdea ano após ano na legislatura.

O terceiro cenário é o que impede o desenvolvimento do indivíduo e do grupo por condições exógenas como a cor da pele, o sotaque da sua voz, a pobreza do berço ou a distância para com as capitais. É próprio do ser humano ultrapassar-se; é imoral limitá-lo.

Trabalhos recentes – desde autores dos Estados Unidos da América até autores do Brasil – revelam que esforços iguais tem remunerações diferentes – que pouco tem a haver com a produtividade de cada um. Ter a cor de pele certa e ser do género certo é premiado nestes países mais do que ser um bom operário.

Será que cá olhamos também a outros fatores como o cartão partidário, a importância da jurisdição onde se vota, a centralidade em determinadas redes sociais, os cafés que se frequenta, os gostos que pomos nos posts boçais de algumas individualidades ou nas fotos estranhas dos seus Instagrams? Ou será que, bem no fundo, aceitamos a desigualdade e somos sempre dos Três Grandes, do arco do Poder e quando podemos parecer maior tentamos fazer os outros (parecerem) mais pequenos? No fundo, bem no fundo, Marcus Antonius não era tão diferente de Brutus. No fundo, bem no fundo, Madame Bovary (segundo Flaubert) ou Ema (segundo Agustina Bessa-Luís) não tinham culpa por nascerem a aspirar a uma vida com os frémios da cidade, longe da calma campestre que detestavam e que amortilhava os seus espíritos sedentos.

Poderíamos falar de uma tendência universal. Porque o preconceito o é. Diversos estudos – da Psicologia das Relações Interpessoais até à Psicologia Diferencial ou à Economia da Informação, reconhecem que todos somos preconceituosos. Obviamente, em níveis diferentes e com consequências diferentes. Já José de Alexandria referia o teste tripartido do preconceito: - Casarias a tua filha com aquela pessoa? Passearias na rua com aquela pessoa? Darias a chave da tua casa àquela pessoa? – Se responderes “não” a uma ou mais dessas questões, então tens pré-conceito sobre essa pessoa. Que, à partida, é uma previsão (racional) que fazemos sobre algo ou alguém sem precisar de mais provas.

Também, eventualmente, ao longo da vida, todos fomos vítimas de preconceito. Quer o saibamos quer o desconheçamos. Quando alguém não nos preferiu, não quis sentar-se na nossa mesa ou fez de conta que não nos viu, fomos vítimas de preconceito. Preconceito racial, difamatório, plutocrático, partidário, religioso ou estratégico. Mas sempre, preconceito.

3. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO ESQUECIMENTO

Na maioria das vezes, e nas nossas sociedades ocidentalizadas após a II Guerra Mundial, o preconceito não agrediu – em massa – grupos étnicos ou sinalizados como antes o tinha feito. No entanto, os novos extermínios, os novos ghettos e as novas xenofobias têm o condão de limitar a mobilidade social, o acesso aos padrões de conforto por parte de alguns, de levar a uma certa emigração (quase forçada) e a um certo abandono dos mais fracos. No fundo, quanto do nosso tempo damos aos mais velhos, aos mais pobres, aos mais sozinhos, aos mais estúpidos e aos mais rejeitados? Não damos tempo porque não o temos – é a meia verdade. A outra meia é que não lhes damos tempo porque não gostamos tanto deles como deveríamos se não fôssemos tão preconceituosos.

A nossa região do interior sofre de preconceito. Pode até também ser preconceituosa nalgumas coisas mas séculos de História de acolhimento – de judeus perseguidos a galegos do século XIX famintos e a espanhóis deslocados pela Guerra Civil – fizeram da nossa região transmontana um exemplo de espaço de acolhimento (que não foi necessariamente linear). A dependência do Turismo como omni-solução no século XXI obrigou os transmontanos a receber turistas também. No entanto, quantos transmontanos atualmente são pivôs da comunicação social que ostracizou os sotaques para lá da Linha Sintra-Cascais? Quantos ministros oriundos ou residentes dos distritos transmontanos e durienses? Quantos jogadores em qualquer Seleção Nacional de uma qualquer modalidade? Mas o grande preconceito que a região tem está sobretudo visível na dificuldade que tem em conseguir que outros enterrem tempo nela – que invistam, que casem cá, que não sejam só turistas, que queiram abrir portões, acender as lareiras, desempoeirar as cortinas e passar serões. E que não venham só pelo Natal, agarrados ao telemóvel em comunicação com quem está fora.

Quando Jesus nasceu, os relatos que nos chegaram mostram-No como nascendo para todos e sendo acolhido primeiramente pelos rejeitados. Por isso, a esperança e o Natal serão sempre especiais nestes espaços da periferia.

3.2.4 Quarta causa – onde está o tesouro, aí está o coração

Uma das obras mais emblemáticas de Karl Marx é “O Capital”. Difundida sobretudo após a revisão de Engels, já Marx tinha morrido, tornou-se uma das referências da Política Económica do Direito Político de influência socialista, rapidamente após as primeiras edições. Conta-se que Lenine teria tido alguns dos seus esgotamentos após leituras desta (tríplice) obra densa.

Ultrapassando a celeuma idiossincrática envolvente assim como as leituras precipitadas ou enviesadas que a distância comportou, “O Capital” é uma obra naturalmente inserida na categoria da “Economia Clássica”, a par dos ‘Principles’ de Stuart Mill ou da ‘Political Economy’ de David Ricardo. Pois os economistas clássicos reconheciam enquanto capital – isto é, tudo que é depósito de valor – como um fator essencial de produção, a par do trabalho (isto é, a par da força transformadora do Homem no meio envolvente). Assim, a fórmula clássica “produto é função de capital e de trabalho” era interpretada como o esforço sendo proporcional à reserva de valor (energia potencial) combinado com trabalho (força motriz).

Desde esse século XIX, novas formas de capital emergiram, a par de novas formas de trabalho. Atualmente, fala-se também de capital humano (a valorização de cada um pelo Ensino e pelas qualificações, quer ‘hard skills’ quer ‘soft skills’), de capital social (a valorização de cada um por pertencer a grupos sociais), de capital Cultural (a valorização advinda por determinados padrões culturais) ou de capital político (a valorização dos contactos que se tem na agenda do iphone).

A valorização que atribuímos a cada capital é variável em função da idade, das instituições envolventes, ou da realidade macroeconómica. Uma jarra do calcolítico é um caco para uns e uma preciosidade para outros. Um licenciado ou mestre vale hoje muito menos do que há trinta anos. Mas pertencer ao grupo certo pode valer muito na hora de ter determinado lugar. A criança valoriza mais o capital social do que o capital cultural, ao invés do cidadão com mais idade. Como o capital fundiário (a terra) vale hoje muito menos que

3. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO ESQUECIMENTO

boas aplicações financeiras. Antes a palavra honrada era um ativo, logo expressão de capital. Hoje, a aparência, a ilusão da petulância ou a pseudo-chamada para o ‘amigo’ tem maior cotação. Como se pode ver, nestes exemplos tão simples e tão inocentes, o capital que ontem valia tanto, hoje pode valer muito menos. Em contrapartida, o depósito de valor – logo, o capital – que ontem tão pouco valia, hoje pode valer muito mais. Coisas de capitais, inclusive capitais territoriais que às segundas-feiras valem tanto e às sextas-feiras tanta gente afugentam.

Depois, há os ‘analistas financeiros’ que – como os analistas das Bolsas – comentam o atraso do capital do território esquecido. Um deles (Rebello Pereira, 2014) foi lapidar com expressões como “Como é que concelhos com um ritmo de vida tão aborrecido pensam vir a atrair os rapazes e raparigas que estão neste momento na centrifugadora vida universitária?”, “sopas e descanso como mote diário”, ou “privações de cultura, educação, desporto e acesso à saúde”. Mas como Carl Menger discutiu, uma coisa é o preço que se vê e outra o valor que não se vê – uma coisa é a atenção que se dá, outra a que se merece. Uma é o esquecimento, outra a desvalorização. Falaremos agora dessas realidades.

3.3 Consequências do esquecimento

3.3.1 *O ‘lock-out’ do centro e a periferifobia*

A “Questão Catalã” (em 2017) trouxe ao debate europeu o tema dos nacionalismos/regionalismos que desde a “Questão Escocesa” (três anos antes) tinha parecido ficar em pendência. Para nós, portugueses, a unidade de Portugal parece simples de entender (já-mais negligenciando a tensão açoriana ou madeirense que parece arrefecida – curiosamente, neste período de maior atenção sobre a Catalunha, Marcelo Rebello de Sousa visitou os Açores...). No entanto, a literatura sobre o tema tem elencado um conjunto de hipóteses organizadas em teorias mais ou menos interdisciplinares que sugerem o recrudescimento destas tensões na observação de um triângulo de forças: a região separatista ter uma densidade demográfica e de ativos financeiros considerável, o centro ser visto/ser

efetivamente um beneficiário líquido face à região independentista (facilmente mensurável em termos fiscais) e finalmente a mesma região estar munida de 'conforto reativo' - no passado significando homens, armas e aliados, hoje em dia, significando política, diplomacia e gestão mediática.

Quando Afonso Henriques, Paio Mendes, Gonçalo Mendes da Maia, João Peculiar e quantos outros – como os hábeis Moniz – decidiram ser 'autônomos' e depois 'independentes' do suserano imperialista de Castela, o torrão que era o Condado Portucalense era dos espaços mais densos, mais ricos e mais dinâmicos da instável Ibéria do século XII. Quando o Brasil concretizou a independência do Reino de Portugal, estes três vetores eram sobejamente compreendidos pelos intervenientes de então. Os exemplos da História Mundial são diversificados – e vão desde os EUA com os colonos independentistas liderados por Washington até aos puzzles dos Balcãs, da América Latina ou do Médio Oriente.

Por isso, quando os residentes de determinado espaço percebem o amadurecimento da sua riqueza, das suas ideias de 'Nação comum', a definição da capacidade de resistência à contra-reação do Centro ou a impertinência fiscal do Império, os mesmos assumem posições independentistas. Dizia-me um colega da Psicologia que é muito parecido com a chegada à idade adulta dos indivíduos – quando se sentem financeiramente confortáveis (o vetor da densidade de riqueza), quando sentem o suporte mental de assegurarem a sobrevivência social sozinhos (o vetor do conforto reativo) e quando sentem que se aborrecem mais em casa paterna do que fora (o vetor dos benefícios líquidos) tendem a entoar 'I want to break free'.

Resta saber – no adolescente ou no trintão, na Catalunha ou na Escócia – se as expetativas são certas ou não. Parafraseando o barroco Descartes, mesmo a certeza tem o seu grau de dúvida. E este nunca é o mesmo para todos os seres humanos.

*Continua realidade que me sorves os dias
Como hei-de responder-te se vives incluída
Dos meus olhos abertos nas ávidas e frias
Pedras incertas vida*

(Gastão Cruz)

4. Bons e maus remédios (para fazer memória)

Assim como a Psicologia mostra que diversas estratégias e métodos auxiliam a 'preservar a memória' que consideramos importante, assim também as regiões podem ser alvo diferenciado de estratégias de luta contra o esquecimento. Obviamente, nesse propósito, ficamos dependentes da assunção de que não existe uma agenda concreta para condenar os espaços ao abandono, uma realidade novíssima (no sentido de fim capital) das regiões e das localidades. Trabalhos como os de Elizabeth Povinelli ou Paul Reeves debateram-se não tanto sobre o foco deste ensaio – a Economia do Esquecimento – mas antes sobre a Economia do Abandono, a opção deliberada por abandonar algo ao qual demos valor.

Se o problema do esquecimento de muitos espaços europeus, sobretudo pela rapidez recente com que se tem combinado as migrações das gerações ativas e o desaparecimento fisiológico das gerações de residentes mais velhos, as soluções que um pouco por toda a Europa se têm desenhado também são múltiplas. Vamos discutir neste capítulo essas perspectivas.

4.1 Imperativos categóricos – cada um fazer o que lhe compete (e não o que lhe apetece)

No país vizinho, especialmente na Galiza, já são mais de 1500 aldeias sem um único habitante, em 2019, constatando-se que mais de metade dos municípios de Espanha têm menos de um milhar de residentes! O Jornal Económico (na edição de 30 de março de 2019) mostra como as boas intenções se têm espalhado entre criação de agências solidárias como as 'Aldeas Abandonadas', com finalidades imobiliárias, ou o aparecimento de lobbies políticos como o emergente "Partido Eñes", assumido como de combate à desertificação rural.

Por seu lado, na Itália, alguns sinais de esperança têm emergido (The Economist, April/May 2017). Existe agora aquela geração que saiu/teve de sair para as grandes cidades, que trabalhou nestes espaços durante alguns anos e que depois enfrentou o desemprego, o

4. BONS E MAUS REMÉDIOS (PARA FAZER MEMÓRIA)

custo de vida alto e a presença de património fundiário disponível nas zonas rurais, quer herdado quer devoluto. Desde 2013, o número de pessoas com menos de 35 anos a trabalhar na agricultura cresceu em redor dos 9% ao ano. Dados do ‘think-tank’ Global-Rural mostram que este movimento é também notório em países como a Tailândia. Se procurarmos características comuns para estes espaços de referência, algumas dimensões já foram elencadas: uma cultura de apego à terra e à propriedade rural, os custos elevados de vida nas cidades e um ‘marketing’ próprio favorável à ruralidade.

Outras opiniões – como as do cooperante-fundador Ottavio Rube (citado pela *The Economist*, April/May 2017) identificam a necessidade de grupos de referência – como pais, educadores ou professores – apoiarem o desenvolvimento rural conjugando com a atenção mundial sobre o ‘agro-negócio’, visto de um modo crítico e muito mais debatido hoje do que nas décadas anteriores. Movimentos como os que estão na base do Birrificio Agricolo di Moncalieri defendem ideias de ‘Economia Circular’, favorecendo o consumo, distribuição e produção baseados na agricultura local.

Havia uma tradição muito antiga que pesava sobre os funcionários das Tesourarias Públicas – a de, ao assumirem funções, o referido funcionário depositar um valor (a ‘caução’) que seria perdido ou diminuído em caso de dolo causado ao erário público, ainda que involuntário ou por negligência. No final de uma carreira, como prémio devido a todos aqueles que não tinham lesado as contas do Estado, a caução era devolvida.

Esta tradição, pouco a pouco transformada na generalidade das economias modernas por sistemas mais ágeis e menos capitais, tinha toda a razão de ser. Gerava-se um incentivo muito importante para se tratar os números com respeito, sem leviandade, com uma seriedade inspirada no sentido transcendental da “palavra”, tão bem compreendido pelas gentes do mundo rural que tantos contratos faziam “de palavra”. Palavra que era respeitada, ainda que não fosse escrita. Em contrapartida, o mentiroso caía na infâmia de uma loucura apontada pela sociedade envolvente, não raras vezes tendo que sair do sítio para continuar a viver.

Por isso, já há vários anos, que, num Congresso em Londres, onde eu participava, surgiu a possibilidade de os ministros, os secretários de Estado e os deputados fazerem uma caução ao entrarem em funções, que veriam diminuída na proporção do falhanço das previsões do défice do Estado ou do peso da dívida pública. Assim, se um Ministro declarasse “o défice vai ser de 3% do PIB” e o défice fosse atestado pela metodologia da OCDE, após a aprovação da Conta Geral do Estado, em 2.8%, o referido Ministro (mais todos os subscritores) veriam as respetivas contas caucionadas diminuídas em 0.2 pontos percentuais. Em contrapartida, se a oposição sugerisse “o défice ficará nos 3.5%” e o referido ficasse nos 2.8%, então todos os deputados dessa oposição veriam o valor em depósito previdente (o sentido de ‘caução’) diminuído em 0.7 pontos percentuais. Simples! Evitar-se-ia tanta astrologia onde deveria imperar o método, o rigor, a sinalização de confiança/responsabilidade e evitar-se-ia a demagogia. A política sairia mais nobre, mais séria, mais exata.

O mesmo princípio seria aplicado na discussão dos orçamentos anuais de todas as figuras públicas, desde a Presidência da República até às Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Sairiam reforçados os auditores externos (tantas vezes politizados) bem como as figuras dos contabilistas e dos revisores oficiais de contas. Regras claras, números transparentes! Ou será que 2 e 2 só são 22 para receber e 4 para pagar?

4.2 Não queremos (só) turistas...

A capacidade das empresas em criarem emprego (sobretudo de alto valor acrescentado) é uma das mais importantes externalidades sociais da atividade empresarial. Além de gerarem estímulos na qualidade dos produtos oferecidos, além de transmitirem mensagens indiciadoras de novas tendências comportamentais e de veicularem uma reordenação das nossas opções enquanto consumidores, as empresas têm a tal capacidade de alavancarem a vontade individual de colaboração em esforços mais eficazes, porque feitos em conjunto, porque feitos com a tecnologia apropriada e porque feitos com a organização devida.

4. BONS E MAUS REMÉDIOS (PARA FAZER MEMÓRIA)

Por isso, aplaudem-se os estímulos ao bom empreendedorismo, mas muito mais a capacidade de atrair grupos industriais. Fui convidado pela Universidade de Cork (onde T. Boole foi um dos mais reputados professores) para lecionar num ciclo de seminários focado nos desafios da economia regional e nos serviços digitais. Esse ciclo decorreu na primeira quinzena de março de 2017. Além da partilha de alguns dos principais avanços da minha investigação publicada internacionalmente, tive oportunidade de contactar com informação privilegiada sobre a realidade sócioeconómica irlandesa. Realidade muito estimulante para debate, não só dada a qualidade das taxas de crescimento irlandesas – o famoso “Tigre Celta” – mas também a vitalidade e a importância do terceiro setor bem como o paradoxo de os desportos amadores/galaicos serem muito mais assistidos e relevantes que os desportos profissionais.

Num dos debates, constatei um dado impressionante – o PIB irlandês cresceu no primeiro trimestre de 2017 quase 20%. Obviamente, este aumento corrigido/anualizado seria reduzido mas contribuindo no mínimo para colocar a Irlanda como um dos campeões europeus de crescimento económico quando 2017 terminou. A razão para número tão impressionante? Teriam os consumidores irlandeses aberto os cordões à bolsa? Teria o governo irlandês aumentado os gastos? Teria o Brexit decorrente levado a um aumento do valor das exportações irlandesas? Não.

A resposta está no investimento. A Irlanda recebeu neste trimestre a deslocação de algumas das sedes de grandes *holdings* de software a nível mundial. O investimento aumentou não só no momento, como na antecipação de outros contratos, o que se traduziu num movimento consequente na bolsa nacional. Com esta deslocação, outras empresas aproveitaram o momento de comensalismo e foram atraídas pelos sinais que os “tubarões” deixaram. Logo, gerou-se um cenário de investimento contínuo que perdurará por anos. E – sim – estamos a falar da Irlanda que recentemente fora interencionada pela Troika.

Logo, enquanto as nossas economias – quer a dos parques industriais/regionais/municipais até à do país, não conseguirem sair do

pseudo-empresendedorismo de ‘ateliers de formação’ ou de ‘centros de dia’ distribuidores de pastas de papel com caneta eleitoralista, não conseguiremos desengripar o motor do ‘investimento’ – isto é, o motor dos gastos que fazemos para usufruir bem mais tarde – e continuaremos com ciclos de crescimento curtos. Curtos de prazo e curtos de vista.

4.3 Outros remédios

Nacionalismos económicos

Fecharmo-nos, amuados, é sempre a primeira reação quando os outros brilham – seja porque refletem brilhos encerados, seja porque brilham a partir do interior. Mas a reação eucalíptica (fechar-se sobre si) é – até etimologicamente – contrária à apocalíptica (revelar-se aos outros). Um exemplo da primeira – a eucalíptica – é muito comum a muitos países sob direções mercantilistas (cujo fim é defender os “seus” mercados). Vejamos um exemplo recente.

As próximas edições da Liga Inglesa de Futebol vão encurtar a janela de transferências de importação de jogadores, também como consequência do Brexit. Isto significa que os clubes ingleses terão de fechar os negócios relativos a contratação de novos jogadores antes do apito inicial do primeiro jogo agendado para aquela época. No entanto, muito pouco ainda foi definido em termos de exportação que continuará a ser permitida dentro das regras dos mercados adquirentes de talentos britânicos. Na prática, faz-se aquilo que tantas vezes a Inglaterra tem feito e – curiosamente – com mais prejuízos para a generalidade dos ingleses do que propriamente com benefícios líquidos: os entraves à importação.

Quando a Inglaterra, em meados do século XIX, decidiu barrar/dificultar a importação da maquinaria germânica, que chegava aos portos britânicos com a reputação de fiável e duradoura, usou de várias ferramentas – desde decretos reais até vandalização. Foi nesse período que surgiu o rótulo ‘Made in...Germany’ com intenções xenófobas que visavam encarecer a aquisição de material alemão com custos de depreciação social. O problema é que se virou o

feitiço contra o feiticeiro – e o rótulo depreciativo acabou, na prática, por se transformar num slogan mediático que acelerou a identificação das importações vindas da Alemanha e consequentemente a sua aquisição pelos pequenos industriais e clientes domésticos ingleses. Como vários autores de então comentavam, o patriotismo é mais fácil de vingar nos campos de batalha do que nas casas dos soldados.

Dado o peso económico do mercado inglês no mundo do futebol, sobretudo em termos de folha salarial e de negociação dos direitos televisivos, a colocação de entraves de janela temporal vai, na prática, fazer render ainda mais o negócio daqueles que estão dispostos a alargar as barreiras para quem está disposto a pagar. Já que não vai ser tão fácil esperar pelos dias finais de agosto para o encerramento das contratações, o valor a pagar pela observação e agenciamento dos jogadores deve subir claramente. Os ‘managers’ pensarão – queremos os melhores jogadores quanto antes! E por isso, toda a equipa de *scouting* espalhada pelo mundo vai exigir compensações adequadas pela descoberta mais cedo do maior diamante – polido ou em bruto. Os rumores terão rotação mais acelerada, os treinadores ingleses uma maior definição dos plantéis em perspectiva e a imprensa da especialidade terá maiores certezas na edição das revistas de lançamento da época desportiva.

E o que ficará para as restantes ligas? Ligas igualmente poderosas como a espanhola ou a italiana na prática terão efeitos pouco significativos. Os grandes clubes procurarão assegurar as melhores aquisições quanto antes como tem sido até agora, pois, além da pressão do agenciamento e da instabilidade dos rumores haverá adicionalmente a certeza de que uma Liga importante fechará o seu mercado de aquisições mais cedo. Os ‘bons jogadores’ sobran-tes da Liga inglesa curiosamente ficarão a perder – nada pior do que ter fama de ‘admissível’ e depois não ser admitido. Vários estudos no campo da teoria dos jogos e na economia experimental tem mostrado como este tipo de situações leva a uma desvalorização significativa do bem ou serviço em causa que pode cair para mercados terciários. E é aqui que entra Portugal, que poderá ficar a ganhar com as ‘pechinhas’ – jogadores com nível de Liga milionária

mas que, por mau agente, mau tempo ou má sorte, não conseguiram inscrição na Liga desejada, no devido tempo.

Afinal, quando a lotação de um bar está no limite máximo, existirá sempre não muito longe algum outro disposto a servir um café. O que contrariará as expectativas daqueles que quiserem viver só com o que a sua localidade, região ou nação lhes puder dar. A menos que endeusem os ensaios que vieram durante décadas da Albânia e da Coreia do Norte.

Limbos, eremitérios ou santuários

Como na expressão de Balzac em “Une passion dans le désert”, os espaços sem os Homens são os espaços preferidos de Deus para criar, brincar com os outros seres vivos e para se confessar. Esta ideia esteve, desde cedo, no ideário de homens e mulheres que preferiram afastar-se da rotina quotidiana do contacto frequente com as comunidades de vizinhos e – independentemente da sua religião ou filosofia – optaram pela vida em lugares desérticos – os eremitérios.

Assim, para esse ideal de vida, precisamos de espaços sem (outros) Homens. E, portanto, espaços esquecidos – à semelhança de casas abandonadas ou palácios devolutos – depressa se tornam locais de preferência daqueles que precisam de uma sede para a sua vida.

A National Geographic identificou alguns desses paraísos no interior do país, na edição de setembro de 2018. A maioria desses eremitérios ficavam no Vale do Douro. Se, por um lado, as escarpas, a presença de cursos de água e a altitude dos santuários facilita a justificação destes espaços para acolhimento das comunidades de eremitas, por outra via podemos ver que ao longo da longitude histórica cronografada (desde o século XII) temos uma prova adicional da baixa densidade associada – também ao longo do mesmo período – do espaço em questão.

Aqui chegados, somos obrigados a um conjunto de perguntas que nos obriga a responder com honestidade. O mesmo conjunto assume as questões – que mudanças queremos para a região Esquecida?

Quem queremos nela? Quem queremos trazer para ela?

Eremitas? Industriais? Empregadores? Santos?

E enquanto refletimos, analisemos os que nela – na região esquecida – vivem, passam e a esquecem.

Os capítulos restantes deste ensaio (capítulos 5 e 6) vão focar os referidos grupos. Os grupos com maior presença e memória da região são os Senadores e suas famílias – os residentes mais idosos e todos os que os rodeiam; serão tratados no sub-capítulo 6.2.4. Dentro do quadrante dos que vivem e sentem a região, temos ainda os samaritanos (sub-capítulo 5.1), os trágicos (sub-capítulos 6.2.1 e 6.2.2) e os festeiros (no sub-capítulo 6.1.2). Os emigrantes (sub-capítulo 5.2) não podiam deixar de ser abordados. Lutando tenuamente pela memória da região esquecida mas sem presença efetiva temos os movimentos pelo Interior (tratados no sub-capítulo 6.1.3). Sem memória, mas que de vez em quando lá aparecem, temos os batedores de palmas (no 6.2.3). Finalmente, sem memória e sem presença, entre tantos, vamos tratar daqueles que carinhosamente apelidamos de mildios (no sub-capítulo 6.1.1). Começemos então.

*Canta-me cantigas, manso, muito manso...
Tristes, muito tristes, como à noite o mar...
Canta-me cantigas para ver se alcanço
Que a minh'alma durma, tenha paz, descanso,
Quando a Morte, em breve, me vier buscar!...*
(Guerra Junqueiro)

5. Sobre os que não esquecem

5.1 Os samaritanos sonhadores

Tendemos a ser influenciados pelo que nos rodeia. Mesmo que as nossas relações de vizinhança não sejam intensas, existe a comparação subconsciente do valor da nossa viatura, do recheio do nosso imóvel (dada a proximidade do valor do prédio) ou do sucesso dos nossos filhos com o que acontece nas casas vizinhas. É um comportamento humano e razoável (se não se tornar obsessivo).

A economia social tem o condão de nos fazer olhar ainda mais para os vizinhos. Em certa medida, mesmo os estranhos tornam-se próximos na economia que aproxima os agentes económicos, portanto, na economia social. Decerto inúmeras definições alternativas, classificações e taxonomias poderíamos trazer ao senso de economia social, terceiro setor, economia solidária, economia não lucrativa, etc. Ensino-as e discuto-as, mas não aqui.

Aqui é o espaço de uma reflexão mais profunda e inovadora, sobre a capacidade de contágio que a economia social tem na vizinhança. Gostaria de ir mais além do mimetismo do bem, das ações solidárias e/ou caritativas, ou da espontaneidade de réplica que os espaços mediáticos, tão próximos quanto um iPhone na palma da mão, conseguem aproximar.

Gostaria de discutir como as instituições da economia social, ao ficarem contagiadas pelas práticas das instituições sediadas nos espaços vizinhos, também elas são elementos promotores de desenvolvimento económico e social.

Em primeiro lugar, as situações de foco da economia social são 'common pools', isto é, espaços de necessidades que ultrapassam as fronteiras definidas pelas regras administrativas. Um sem-abrigo da Galiza pode acolher-se nas ruas do Porto. Um adolescente barrosão foragido de um ambiente disfuncional pernoita sob os céus de Braga. Um idoso do Alentejo portador de Alzheimer pode chegar a Santa Apolónia. Nestes três cenários de emergência social verificamos que não são fronteiras ou portagens que reduzem a mobilidade da

emergência. Logo, o trabalho de resposta, como procura de solução, não fica limitado à origem nem ao destino. Em contrapartida, o trabalho de resposta só faz sentido em rede cooperante entre as instituições quer de destino, quer de sinalização, quer de acolhimento/institucionalização, quer de ressocialização.

Em segundo lugar, instituições vizinhas deparam-se com realidades muito próximas entre si. A bacia de desemprego no Vale do Ave é distinta do desemprego agrícola no Vale do Douro ou do desemprego terciarizado/graduado dos grandes centros do país. A economia social é sempre a primeira a perceber a emergência social e a primeira a desenhar respostas aos problemas sociais (só depois vem o Estado e o setor lucrativo de intervenção social). Portugal tem um exemplo histórico dessas respostas, na figura das Misericórdias e, ainda anterior, de muitas confrarias e mutualidades localizadas nas costas minhotas ainda antes de 1143. Instituições próximas percebem realidades emergentes das localidades – o envelhecimento isolado, a emigração dos jovens graduados, a escassez do apoio público após o push-up (quase o dictatum) original, a disfuncionalidade dos afetos ou a dinâmica acelerada dos novos quadros valorativos.

Em terceiro lugar, também num impulso de criação de emprego qualificado (evitando a migração dos mais jovens e dos mais qualificados), as instituições organizam-se e emitem sinais entre si tendo em vista aproveitar a emergência de programas de legislação de resposta circunstancial. Em 4 anos, o país quadruplicou o número de cantinas sociais que, agora, parece que serão reformadas/encerradas. As instituições, em mancha, contratualizaram refeições, esperaram apoios, desesperaram e desesperam com os custos incorridos e sabem que serão os primeiros a ouvir a reclamação dos utentes quando novos quadros de proteção social sobre a emergência alimentar forem alçados. Porque, convenhamos, as instituições da economia social são também, sempre, das primeiras a ouvir, sobretudo o grito dos que perderam a voz, o voto e o poder de compra.

Há ainda a obrigação da responsabilidade social para as empresas (e inclusive para as entidades não lucrativas) que é hoje um tema consensual nas academias. Vivemos num mundo de exposições permanentes e todos os 'stakeholders' de uma empresa querem saber mais do que o sugerido pelo rótulo do produto, pelo flyer de promoção ou pela opinião dos vizinhos. Assim, queremos saber que ações 'de alcance social' as empresas que trocam bens e serviços pelo nosso pagamento fazem, o que deixam na região que acolhe as suas atividades, que objetivos éticos perseguem e que preocupações ambientais detêm. No fundo, queremos 'responsabilizar' a empresa também com as nossas preocupações.

Por outra via, é parte integrante do 'triângulo da sustentabilidade' de qualquer entidade a 'sustentabilidade institucional'. Esta dimensão obriga a que qualquer empresa tenha de desenvolver redes ativas e valorizadoras da sua própria atividade. Não basta a empresa perseguir lucros, clientes ou públicos. Ela tem de se relacionar com entidades públicas, com instituições da economia social, com grupos de cidadãos empenhados em causas. Qual o risco se não o fizer? Para lá do desaparecimento de ganhos potenciais deste relacionamento alargado, se a empresa não o fizer corre sérios riscos de estiolar nos seus objetivos, de perder contacto com grupos primários e de passar a ser vista como uma entidade mesquinha. Como uma espécie de casa por arejar, cujas janelas não se abrem ou cujas portas não servem nem para entrar nem para sair.

Finalmente, a responsabilidade social recorda-nos que – numa longa linha do pensamento europeu – onde a Igreja e homens como Santo Alberto Magno ou São Tomás de Aquino deram passos essenciais – nada nem ninguém é restrito ao interesse imediato, particular ou avaro. Pelo contrário, tudo e todos têm uma prioridade coletiva e uma vocação universal. Assim, o mundo empresarial não se limita ao lucro ou ao oportunismo de outros conceitos como empreendedorismo, inovação ou mercado, tantas vezes inoportunamente abordados. Ao invés, mesmo o mundo empresarial, com uma discussão tantas vezes tão privatizada, detém uma responsabilidade para com as sociedades múltiplas que compõem a nossa sociedade – integrando-as e alcançando-as, mas também detém

uma responsabilidade com as sociedades que nos espreitam a partir do amanhã. Não esquecendo o reconhecimento pelo legado de património (tangível e intangível), de outros ativos e de outros esforços que as sociedades passadas deixaram à comodidade que hoje usufruímos. A empresa que reconhece estas dimensões é responsável. E é-o num mundo que muitas vezes pauta pela distração, pelo desperdício e, no fim, pela irresponsabilidade.

5.2 O tempo e o vento – sobre os emigrantes

O título deste sub-capítulo foi importado de uma das grandes obras de Erico Veríssimo que, aproveitando a temática das Guerras do século XIX travadas pelo jovem Estado confederado do Brasil com os seus jovens vizinhos, reflete sobre, apesar do fervor emergente saído das gargantas do Ipiranga ou dos credos bolivarianos, muita coisa de velho fica nos homens.

Já os romanos diziam que “*Labitur exiguo quod partum est tempore longo*”, mostrando que a memória é curta para o longo esforço. Assim como uma árvore que depressa perece abatida após um longo período de crescimento, também a memória do que fica para trás tende a diluir-se perante os desafios do presente prioritário.

No entanto, marca de que a saudade portuguesa não se encurta com a distância geográfica é a continuidade da nossa tendência de emigração, concentrada em tantas das nossas regiões esquecidas. A Figura 5 mostra essa observação com valores recentes.

Outra tendência de continuidade correlacionada prende-se com o fluxo do valor das remessas dos emigrantes que os portugueses têm enviado persistentemente para as famílias que ficam. Se antes as remessas dos emigrantes na França, na Alemanha e no Luxemburgo eram as remessas mais significativas, encontramos agora Angola, o Brasil, ou a Inglaterra nas origens destes fluxos unilaterais que são relevantes para equilibrar os desequilíbrios internos (excesso de consumo sobre a poupança) e os desequilíbrios externos (saldos comerciais negativos, com repercussão clara na balança de transações correntes).

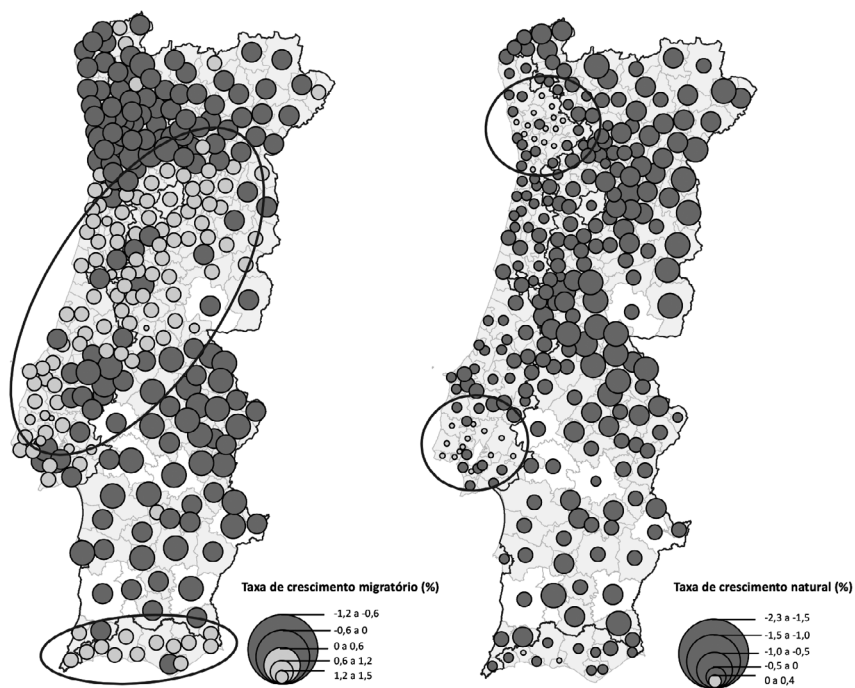


Figura 5 Taxa de Crescimento Migratório e de Crescimento Natural (2011-2015).
 Fonte: PNCT (2018).

5. SOBRE OS QUE NÃO ESQUECEM

No entanto, observa-se que desequilíbrios maiores na distribuição dos rendimentos nos países de acolhimento diminuem o montante enviado pelos nossos emigrantes para Portugal, com repercussões imediatas no investimento induzido, no consumo estimulado, no défice de transações correntes e, finalmente, nas nossas próprias condições de vida (Mourão, 2016).

Assim, a política europeia em matéria laboral e de fluxos migratórios não pode negligenciar estes impactos. Como num efeito dominó, o que de bom ou mau acontece num parceiro comunitário reflete-se sempre nas nossas condições de vida. Com retroação futura.

Assim, esta é uma altura em que o projeto europeu enfrenta desafios em catadupa que ameaçam atingir proporções que a atual condução da Política Orçamental dos Estados, a fragilidade monetária da Zona Euro e, finalmente, a indefinição face ao drama das novas migrações colocam em pressões que exigirão muita prudência a todos os atores internacionais e muitas provisões que os políticos nacionais devem realizar. La Fontaine recordou-nos como a formiga – um símbolo real do emigrante Português – soube preparar o inverno...

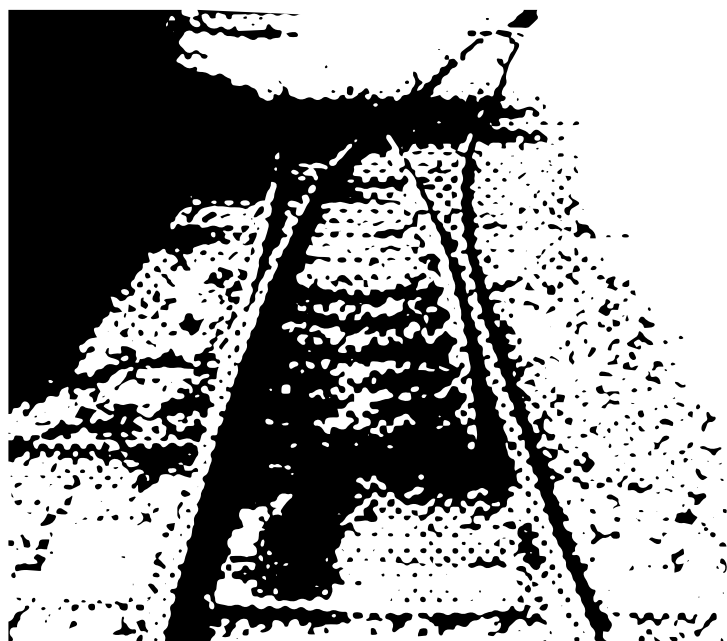
Há cinquenta anos, um transmontano que fosse viver para Lisboa tenderia a responder à pergunta “De onde é?” com a sede de concelho ou, então, depois da confiança conquistada pelo outro, a detalhar a freguesia de onde era natural. Tendemos a responder a esta pergunta tão simples “De onde vens?” de modo a que, não faltando à verdade das nossas origens, não nos interroguem de seguida com uma das perguntas mais mesquinhas que se pode fazer: “E onde fica isso?”. Daí que, gradativamente, se responda Vila Real – Montalegre - Salto ou Vila Real - Santa Marta - Concieiro, para se evitar o atestado de ignorância geográfica do nosso inquiridor. Cinquenta anos depois, nos dias de hoje, com a globalização instalada, o embaraço mantém-se perante muitos. Que o digam os nossos emigrantes que por vezes já nem respondem “Vila Real” mas antes “Porto” ou “Norte” quando lhes perguntam de que parte de Portugal são.

No entanto, a globalização tem acelerado a homogeneização de muitas matérias. Nomeadamente, a aproximação do discurso político entre

as diversas forças partidárias europeias (Mourão e Simone, 2016). Estes autores analisaram os manifestos eleitorais de todas as democracias europeias desde a década de 1970. E verificaram que tem existido uma tendência de diminuição das diferenças de tópicos, de semântica e inclusive de interpretação dos fenómenos sociais e económicos sobre os quais os partidos políticos são chamados a pronunciar-se para cativar o eleitorado.

Se todos os cafés servem igual, de quem é a culpa? Tradicionalmente, do consumidor e do regulador. Também se tem verificado que o famoso eleitor mediano tem ganhado terreno no contexto europeu, obrigando os partidos a mudarem o seu posicionamento para centróides das suas áreas de reflexão de maior proximidade com os “centros”. Também o regulador europeu (instituições europeias, entenda-se) tem incrementado o apoio informal aos partidos “bem comportados”, penalizando por diversos instrumentos os mais radicais – o que liberta espaço para as ideologias mais extremadas crescerem nas sombras do oficial e não serem debatidas/anuladas nos Parlamentos estabelecidos. Mas, se todos os cafés servem igual, a culpa também é dos taberneiros – isto é, dos políticos que se acusam, assim e inconscientemente, de quererem maximizar a coleta de votos e para isso usam discursos melífluos sob o risco de faltarem aos seus fundamentos, e afastando tacitamente as vozes correlecionistas mais dissonantes (quer as mais leais com os fundadores quer as mais afastadas da centróide partidária). Como consequência, vamos tendo partidos com discurso cada vez mais igual, mais previsível, mais manipulável pelos financiadores, lobistas e sombras. E, infelizmente, com um discurso cada vez menos focado nas regiões ‘esquecidas’, cada vez mais esquecidas.

Antes, as diferenças nas mensagens político-partidárias eram bem mais nítidas. Assim como era muito mais difícil que o treinador do Benfica treinasse (de seguida) o Sporting. O ritmo da globalização obrigou a uma aceleração da homogeneização em certos domínios assim como conduziu a um radicalismo exacerbado em esferas que pareciam neutralizadas. Porque, convém não esquecer, um dos princípios do Império Romano (tão bem aproveitado pelas tropas vândalas de Alarico em 410) a concentração ao centro facilita o cerco dos que estão fora.



*Desce a noite do céu, ergue-se a madrugada,
E a luz do sol aceso ou apagado
É nos seus olhos que se vê pousada.*

(Miguel Torga)

6. Sobre os que passam e sobre os que ficam

Neste capítulo, vou abordar os diversos perfis que constroem o mosaico de memória mas também de esquecimento da nossa região transmontana e alto-duriense. Começarei pelos que passam, parecendo que ficam mas, em concreto, pouco ou nada deixam e, curiosamente, alimentam a ideia de ser a região um espaço de passagem e não – como desejaríamos para o desenvolvimento dela, uma área de permanência. Abordarei de seguida aqueles que efetivamente ficam, que vivem nela, que nela consomem e nela investem, que nela são sepultados e nela fazem memória.

6.1 Sobre os que passam

6.1.1 *Os míldios*

Em certos anos, na região, o míldio ataca forte. Escondido na natureza da videira, o agente responsável – um parasita da família Peronosporaceae (Oomycota), encontrando condições favoráveis, como uma humidade persistente, deflagra quando as temperaturas médias atingem valores mais elevados e, mesmo para aqueles que foram previdentes, provoca quebras acentuadas quer na produção quer na qualidade da produção vinícola.

O míldio é o exemplo claro de um agente exógeno ao esforço do viticultor. As condições favoráveis ao seu desenvolvimento são exogenamente impostas à região atacada. A própria extensão do problema parece aleatoriamente explicada. E portanto, se é aleatório, não é justo/determinado.

As regiões esquecidas albergam muitas espécies de míldios. Sobre tudo três categorias de parasitas, perdão, de míldios: o crédito bancário irracionalmente gerido, os lobbies políticos, e o berço. Vamos dissecá-los.

O crédito bancário irracionalmente gerido está por detrás da crise nacional do sistema bancário. Se a crise de 2008 tinha ramificações com o virtuosismo da gestão bancária internacional, apostada nos

mercados derivados e numa análise inexistente do risco (tantas vezes sob o preço das vozes prudentes ficarem arredadas nos Conselhos de Administração), já as crises nacionais do BPN, BPP, BES/Novo Banco, e etc. são dependentes dos míldios que se instalaram no sistema bancário, tão longínquo de princípios de prudência ensinados nas Faculdades de Economia e de Gestão de 1970 e 1980: toda a tesouraria deve refletir os movimentos de faturação/liquidação; todo o fluxo monetário tem uma contrapartida de sentido reverso de mercadoria; e todo o risco deve ter uma compensação na provisão em função da margem de risco passado. Os Míldios levam a que os outros assinem 'de cruz', se instalem nos grupos de corredor, nos sorrisos de esgar, nas marcas de António Augusto de Aguiar e nas costas esquecidas pelo burgo. Com condições favoráveis, atacam, desaparecem por momentos, reaparecem quando convém.

Os lobbies políticos atacam também quando convém aos interesses de alguns investidores. Um lobby político tem bons contactos em pelo menos três partidos, preferencialmente do arco de governação. Os lobistas são muitas vezes juristas (advogados e/ou solicitadores com pouco trabalho de escritório e muito trabalho de rede social). Raramente, os lobistas são homens do campo, mulheres a dias ou estudantes de universidades do interior. Quando aparecem, fazem com que discursos de Esquerda pareçam de Direita, com que gastos de Direita pareçam despesa social e finalmente as opções que ontem um partido criticou pareçam hoje boas opções porque são nossas. São os primeiros a defender que “Os produtos expostos são para consumo da casa” e na rua apregoam “Se queres fiado, toma”. São bons rapazes, são boas raparigas. A vida é que os fez assim. Conduzem viaturas em primeira mão (adquiridas num valor superior a cinquenta mil euros) e investem no imobiliário e em arte. Muito frequentemente não têm casa própria, portanto sem domicílio fiscal. Com condições favoráveis, atacam, desaparecem por momentos, reaparecem – na região - quando convém.

O berço é, sem cairmos na arrogância de Proudhon, o roubo que a aleatoriedade genética atribui à humanidade. É um míldio instalado na sociedade portuguesa e em particular na região, desde que

os Filipes foram embora (aliás Dom João Mestre de Avis, ele um bastardo, soube recompensar os outros que como ele o eram). Se alguém cujo pai foi Ministro rouba, não é ladrão, mas um cidadão influenciável. Se alguém cuja mãe é deputada não consegue estabilizar numa dúzia de relações amorosas em cada 6 meses, não é ninfomaníaca, mas uma figura social. Finalmente, se o tio é comendador da República e o fulano contribui para o escoamento dos garrafões das adegas do Alentejo – portanto, não da região duriense – não é um alcoólico, mas um bom provador de vinho. Na terra, são rapazes e raparigas ditos de “boas famílias”, gostam dos assentos autárquicos e de pertencer às mesas das cooperativas, das Misericórdias e das Associações Filantrópicas e Humanitárias dos Bombeiros Voluntários. Portanto, como os outros míldios, com condições favoráveis, atacam, desaparecem por momentos, reaparecem quando convém. E para estes míldios de duas pernas e oito barrigas não basta sulfato nem enxofre. Se a República não chegar, encontram sempre mais mundo para cá do Marão.

6.1.2 Os festeiros

Prince deixou de cantar novas canções em 21 de abril de 2016. Mas além de uma carreira notável na pop, deixou um sem-fim de citações curiosas. Como aquela que refere “A vida é uma festa. E as festas não são feitas para serem demoradas.”

O problema maior, sobretudo para a organização de uma festa, está no “depois”. Depois ninguém quer limpar os resíduos de momentos de convívio, de alegria ou de fantasia. Depois, ninguém quer saber dos custos (aliás, Bernie Ecclestone referia que de manhã nunca se fala a um cavalheiro sobre a última noite nem sobre dinheiro...) Finalmente, depois da festa, ninguém quer ficar desiludido com a imagem real de um momento idealizado.

As regiões esquecidas são – paradoxalmente – generosas em festas. Aliás, ficamos muitas vezes com a ideia de que os festeiros encontram nelas solo fértil. Sobretudo grandes eventos – os chamados ‘mega-eventos’.

Quando se discutem mega-eventos (desportivos ou culturais), existem sempre três momentos de análise: o antes (onde prevalecem imagens extremamente positivas, idealizadas e sobreestimadas), o durante (onde prevalecem percepções dependentes da euforia do momento), e o depois (onde se sente o *corps-de-fond*, isto é, a essência da fragrância que fica depois do éter). Neste *corps-de-fond* (os leitores que têm a felicidade de conhecer bons perfumes sabem que o bom perfume também tem três corpos, os rascas só têm álcool...) ficam as percepções realistas, onde a par dos benefícios que foram atingidos (todos os mega-eventos têm benefícios) há um cômputo dos custos (todos os mega-eventos têm custos). E sobretudo há uma ideia muito mais clara de quem ficou com a maioria dos benefícios (há sempre quem fique com mais benefícios do que outros nos mega-eventos) e de quem arcou com a maioria dos custos (há sempre quem pague mais do que o devido na fatura dos mega-eventos).

Convidando para uma leitura atenta da literatura concernente, sobretudo por parte de quem se interessa com eventos que dependendo da escala podem ser identificados como mega-eventos, observou-se que a generalidade dos habitantes de Varsóvia reconhece que o Euro 2012 exportou uma imagem modernizada da Polónia bem como aumentou o amor-próprio polaco. Em contrapartida, as grandes desilusões foram identificadas na criação de rendimento nacional, de emprego local e no reconhecimento do aumento da insegurança e da criminalidade.

A boa gestão da imagem destes epifenómenos é sinal de maturidade. Assim como os digestivos, os saís de fruta, pastilhas Rennie ou o famoso quarto da “água das Pedras” ajudam depois da festa, uma gestão política cuidada também se impõe nestes momentos, não só na mensagem veiculada, como na antecipação dos vários cenários.

6.1.3 Os movimentos pelo interior

Em 2018, o País ficou a conhecer uma coletividade de pressão denominada “Movimente pelo Interior”. Não foi surpresa para mim. Surpreende-me no entanto o teor das várias mensagens que vários dos seus elementos têm transportado.

Por uma via, há o reconhecimento público de algo que a Academia e a sociedade civil vem identificando há décadas: despovoamento, concentração dos jovens no litoral, ciclos viciosos vários, desequilíbrios territoriais, ameaças de custos significativos para as áreas metropolitanas, etc etc. Por outra via, com alguma inocência (que não sei se será malícia), existe o estender da mão ao Poder Central que, curiosamente, está – pasme-se – no Litoral. Finalmente, parece existir uma estratégia de desculpabilização política pelo fracasso anunciado para as próximas décadas nas regiões a leste do semimeridiano de 8 graus Oeste, tipo “Nós, em 2018, ainda tentámos mas...”

Atualmente reconhecem-se causas diferentes e soluções distintas para o problema. A primeira causa resulta de um dos valores primários da nossa sociedade – a liberdade. As pessoas são livres também de se moverem e de ‘votarem com os pés’. Como se sentem mal, ou não se sentem satisfeitas, mudam-se para outros lados do país e do mundo. Poderíamos criar custos de deslocação como a esfera soviética fazia mas parece-me que ninguém quer isso. A segunda causa resulta de outro valor maior – o desenvolvimento. O país hoje está melhor do que há 30 ou 40 anos. Fizeram-se opções e na balança do deve e haver concluímos que Abril nos fez melhores, que os fundos comunitários nos desenvolveram, que a Globalização permitiu um alcance ímpar na nossa História. Aumentou o desequilíbrio territorial? O desequilíbrio geracional? A emigração qualificada? Sim, aumentaram. Como se sabe em Economia, todas as opções são consequentes, mesmo vir a público agora reconhecer aquilo que em setembro último não reconheciam. A terceira causa está noutra valor maior – a educação. Todo o nosso sistema educativo está constituído na base/deificação do mérito, da competitividade, do consumo e do lazer. Porque estranhar então se os jovens investem nas áreas, nas universidades e nas cidades que maximizam a sua projeção de cidadania? Quantos dos meus alunos universitários falam com desdém da agricultura, das aldeias e tão tragicamente de termos como solidariedade, abandono, ou desequilíbrio? Mais uma vez, as opções do passado tem consequências no presente.

6. SOBRE OS QUE PASSAM E SOBRE OS QUE FICAM

Por isso, infelizmente, este movimento é um nado-morto. Ainda que algumas vozes, por vezes com tanta inocência que até parece malícia, se juntem, este movimento peca por reconhecer o óbvio (e logo é supérfluo), por ser incapaz (porque sem meios e com atuação limitada ao espaço de opinião pública e de ir a reboque dos projetos que o Governo pré-anuncia) e por ser tão bem-intencionado como qualquer boa intenção (portanto, banal). Ao invés, premeiem todos os que ficam, todos os que investem, todos os que apoiam o próximo, todos os que não saem do Interior, mesmo empobrecendo, mesmo perdendo tempo, mesmo teimando. Celebrem Bodas de Ouro e de Diamante dos cidadãos que vivem a leste dos 8ºW há mais de 50 e há mais de 75 anos, deem-lhes reconhecimento, aplaudam-nos.

Agora, não sejam banais ou triviais, porque até aí, a banalidade vinda do Terreiro do Paço parece mais chique do que a voz do Calisto Elói ou do Morgado de Fafe antes de passar o Mondego.

6.2 Sobre os que ficam – políticos, eleitores e senadores da memória

6.2.1 *Os trágicos*

Neste momento, cada concelho de Trás-os-Montes e Alto Douro, incluindo os sedeados nas cidades, perde um habitante por dia. É uma evidência.

Com esta evidência, é muito interessante – sob o ponto de vista literário – assistir a alguns momentos da campanha eleitoral autárquica. É-o porque estamos perante episódios trágicos.

De acordo com o sentido maior de tragédia, é classificada enquanto tal a obra (ou representação) na qual as personagens, incapazes de contrariar o destino, vão lutando durante o enredo – ainda que sem sucesso – para contrariar o mesmo. A literatura Universal tem um cardápio longo de grandes obras desta natureza que vão ficar secundadas pela generalidade dos discursos que povoaram a campanha autárquica recente.

Por um lado, é verdade que algumas destas personagens são inocentes perante o trágico destino. A população eleitoral é uma dessas personagens inocentes que tem assistido a uma melhoria das condições de vida resultado do amadurecimento do desenvolvimento do país, se compararmos com o que se passava há trinta ou há cinquenta anos. Vive-se mais, existe mais oportunidades de turismo dentro e fora do país, há mais atividades culturais e propostas de conhecimento dispersas pelo território, o Serviço Nacional de Saúde está mais próximo da população e os rendimentos das famílias permitem um acesso a infraestruturas de consumo impensáveis há duas gerações. A qualificação dos cidadãos aumentou ainda que sem a compensação relativa equivalente – muitos netos (agora licenciados ou mestres) de cidadãos que só tiveram a oportunidade de completar a então Escola Primária não estão hoje com melhores remunerações relativas do que os seus avós (outra das ‘tragédias nacionais’). Isto significa que até têm hoje cursos, que até passaram pelas universidades, mas em contrapartida a desigualdade sócio-económica não diminuiu como devia no nosso país (um tema também sobejamente debatido e evidenciado). Também é verdade que a população vai mais depressa assistir a um jogo no Dragão, na Luz ou no Estado do Rei com os vizinhos do que vai ao Monte da Forca, ao Municipal de Murça no Seixo ou ao Campo da Feira em Sabrosa, o que explica muita outra coisa. Finalmente, também é verdade que a população janta mais vezes fora do que há cinquenta anos, dinamiza a restauração envolvente e convive mais com uns e com outras. E, no entanto, cada concelho da região perde um residente por dia. Por mês? Não, por dia.

Agora, olhemos para outras personagens inocentes – as autarquias. A evolução do número de funcionários municipais mostra um aumento nos primeiros trinta anos a seguir a abril de 1974, oficialmente estancado em meados da primeira década deste milénio (ainda que com a substituição de muitos empregos permanentes por funções avençadas, contratos de duração indefinida, lugares comparticipados por fundos comunitários ou por iniciativas de ciclo político). Com esta evolução, houve também um aumento dos recursos das autarquias de modo a responder ao crescimento da

despesa associada. A descentralização continuou a basear-se no reforço das dotações atribuídas, sob várias formas aos municípios, e com isto abandonou-se o ideal regionalista, imiscuído no transformismo das CCDR ou das CIM. Houve evolução na qualificação dos funcionários municipais, houve modernização das estruturas administrativas, houve uma clara aposta na digitalização das acessibilidades, na diversificação dos gabinetes que replicaram em pequena (ou em não tão pequena) escala os corredores de São Bento e até na maquilhagem e na assessoria de imagem dos autarcas. Portanto, tanto esforço, tanto sacrifício em prol da população inocente e... no entanto, cada concelho da região perde um residente por dia. Por mês? Não, por dia.

Confesso pois a admiração homérica pelos candidatos a autarcas e pelas suas mensagens. Não lhes deve ser nada fácil transmitir esperança, sonhos e energia perante os factos de tal trágico silêncio. Encontro aqui duas personagens com lutas e expressões parecidas. A primeira foi Lord Raglan, no trágico ataque da Brigada Ligeira e as suas palavras de incentivo aos soldados a caminho do martírio, palavras imortalizadas pelos Iron Maiden, no tema 'The trooper'. A segunda é o nosso adorável Dom Sebastião que, em Alcácer-Quibir, dizia: "Morrer, sim, mas devagar." O poeta arménio Vahagn Davtian sintetizou este trágico destino de Sísifo – por algum motivo, Sísifo foi também a personagem que Torga escolheu para patrono da nossa região - num verso imortal: "Avançar sempre – chegar nunca".

6.2.2 *Os opositores*

Os opositores são o grupo que constituem a oposição a uma organização institucional, a um ideário, a um programa ou a um projeto. A ciência política e a Economia têm demonstrado como a responsabilidade pelo desenvolvimento económico tende a ser partilhada pelos seguintes números: 40-42% pela qualidade do poder executivo, 30-35% pela qualidade da oposição a esse poder executivo e os remanescentes 23-30% pela qualidade da população em geral. Assim, o desenvolvimento de qualquer espaço é a combinação da qualidade dos três grupos; em

contrapartida, o subdesenvolvimento, a pobreza ou a regressão é igualmente da responsabilidade de todos. Como sempre defendi, uma das belezas das democracias é a de que os eleitores merecem sempre os eleitos (quer os na execução, quer os na oposição).

Nenhum cidadão é integralmente oposicionista. Mesmo um golpe de estado, visto como o cenário mais abrupto de uma oposição que pretende transformar as instituições vigentes de um modo não-reformista, nunca muda tudo. Assim, o cidadão que é oposicionista a uma posição numa câmara municipal regida por um determinado partido, tem toda a legitimidade e sobretudo consistência ideológica, em apoiar uma posição diferente defendida por esse partido num espaço maior. Também um grupo parlamentar nunca é sempre oposicionista. Nas democracias amadurecidas, existe uma aproximação real das preferências dos cidadãos entre si bem como um espectro alargado de preferências de cada indivíduo nos assuntos mais díspares. Desta feita, vários estudos têm mostrado como as dicotomias Esquerda-Direita estão muito mais esbatidas hoje do que há quarenta anos e como por exemplo não existe uma matriz já que permita na Europa dizer que existe um municipalismo socialista, um municipalismo comunista ou um municipalismo social-democrata ou liberal. O nosso país é uma imagem acabada dessa indiferença partidária. Assim, hoje ninguém consegue dizer em Portugal – também provado por vários estudos - que os municípios cuja maioria de vereadores seja de uma cor política tem melhores indicadores sócio-económicos, populacionais, demográficos ou de gestão financeira do que os de outra cor política. O que há é municípios bem governados ou municípios mal governados. Os que são bem governados são-no sobretudo pela qualidade dos quadros técnicos que colaboram, da rede de pressão e de influência desses municípios no poder central e da própria 'stamina'/vitalidade empresarial que detêm. Os que são mal governados raramente são-no por responsabilidade isolada dos presidentes de câmara e dos vereadores – são-no também porque os seus quadros técnicos apresentam debilidades várias, porque apresentam bloqueios de influência e finalmente por debilidades

próprias, muitas vezes exogeneidades como a territorialidade ou os preconceitos “à la José Cid” ou “à la Marta Cardoso”³.

A Oposição divide-se sempre em dois grupos. A Oposição interna responsável pelos ‘inside job’ que procura a promoção de alguns rostos e de alguns lobbies dentro da equipa vencedora, trabalhando em surdina, nos corredores, nos cafés da manhã, o vitupério, a calúnia ou o boato sobre os correligionários, sobre os vereadores do próprio partido, sobre os presidentes de junta que apoiam o executivo e suas ideias. Estas mensagens são raramente publicáveis e assim jamais desmentíveis ou refutáveis. E a Oposição externa, que tem voz nas instituições democráticas, nos parlamentos, e direito ao investimento ideológico que são os “votos de vencido”. Churchill chamava à oposição interna os seus inimigos e à externa os seus adversários (curiosamente Plutarco defendia que a grandeza de um político mede-se pela grandeza dos seus adversários e pela cautela dos seus inimigos). Geralmente a oposição externa fica não muito longe nem muito perto do poder – sorriem nos cafés do meio das praças municipais, jantam em lugares públicos em grupo, deixam-se fotografar com potenciais apoiantes e suplicam aos espaços mediáticos algum espaço para respirar. São forças de cerco e portanto apostam em subterfúgios, em ataques esporádicos, em esquemas de distração e finalmente, como a nossa Seleção campeã no Euro 2016 (que nunca foi favorita, recordemos), são inocentes como as pombas e procuram ser astutos como as serpentes (Mateus 10:16).

³ José Cid, num episódio original de 2010 do programa Showmarkl, difundido posteriormente e com reações mais notórias em 2016, falou de Trás-os-Montes assim (em citação do DN de 30 de maio de 2016): “Eu, às vezes, digo na brincadeira que deviam fazer uma muralha da China entre Trás-os-Montes para não deixarem passar alguma música que vem de lá. Porque, efetivamente, é um prejuízo para a cultura popular portuguesa. Essas pessoas do Portugal profundo já deviam ter evoluído. Vêm de excursões, pessoas que nunca viram o mar, para o Pavilhão Atlântico, pessoas assim, medonhas, feias, desdentadas, E isso, efetivamente, não é Portugal”. Marta Cardoso, no programa Late Night Secret, em 10 de bril de 2018, disse: “Estas pessoas não percebem nada de estrangeirismos. Estas pessoas de Trás-os-Montes”. Ambos os visados ensaiaram palavras de justificação ou retratação, depois. De qualquer modo, a espontaneidade dos seus comentários nos respetivos espaços televisivos é uma evidência da ideia preconcebida que consideraram instalada na comunidade espetadora, em desfavor dos habitantes ou naturais de regiões como a transmontana.

Quando uma oposição concorre pela primeira vez para ganhar eleições, está estudado que tende a ter $1/3$ de hipóteses de vitória, $1/3$ de hipóteses de derrota com sabor a vitória (se perde, apesar de recolher entre 35% a 40% dos votos válidos) e $1/3$ de levar cabazada. Portanto, agora que muitos preparam as próximas Eleições Autárquicas, seria bom que tivessem uma preparação da gestão do sucesso e do insucesso (como a miríade de Psicólogos que trabalham hoje em dia nos municípios poderá referir) – o bom candidato é aquele que no seu esforço aumenta o “colesterol bom” (probabilidade de ganhar) mas também se prepara para reduzir o “colesterol mau” (preparando-se para ser um bom cidadão na oposição de qualidade). Aliás, os norte-americanos, que têm estatísticas para quase tudo, gostam de mostrar que um bom candidato perde triglicerídeos durante as campanhas, apesar das almoçaradas e dos piqueniques a que se sujeita para encontrar certo eleitorado.

Vale a pena parafrasear o saudoso poeta duriense A.M. Cardoso (em “Vitrais”, poema Libertação, 2005, p. 21):

“E tanta gente assim – esperando um acaso
Que forceja negar-se!
Mas tudo tem o seu dia, tudo o seu prazo:
Ser é já realizar-se.”

6.2.3 Os que batem palmas à beira do caminho

Uma das fórmulas mais estudadas na gestão da carteira de investimentos de risco é a fórmula de Kelly. Esta fórmula indica que em situações arriscadas devemos apostar mais se esperamos um retorno maior ou se a probabilidade de sucesso também for maior.

No entanto, está provado que esta fórmula conduz muito depressa a ficarmos milionários ou a ficarmos sem nada. Como leva a que as pessoas invistam muito quando estão cheias de confiança, faz com que muito se perca quando se aposta no cavalo errado, na ação errada, ou na ‘odd’ incorreta.

Os gestores prudentes usam mecanismos de desconto que fazem com que a probabilidade de sucesso não pareça tão alta nem o retorno se afigure tão generoso. Os gestores 'all-in' apostam tudo e no fim pedem a nacionalização do banco.

Dada a proximidade das campanhas autárquicas, este problema coloca-se a cada eleitor. E se existe uma questão que vem tirando o sono a muitas pessoas é “Quantas palmas devo bater no comício do candidato A?” e/ou “Quantas palmas devo bater no comício do candidato B?” Ou nos candidatos C, D e E?

Pois bem, se a confiança na vitória do A for grande e o retorno que espera (por exemplo, uma nomeação, uma assessoria, ou um lugar de quadro) for também grande, deve apostar muito. Deve bater muitas palmas no comício do A, deve levar bombos e famelga, até deve organizar a campanha dele. Obviamente, sobrar-lhe-ão poucas palmas para o candidato B, para o C, ou para o D.

Mas se a confiança na vitória do A for baixa e/ou se não esperar grande coisa das promessas dele (ou dela), então deve bater poucas palmas no comício do A. Não vá colocar todas as fichas na casa errada e sair-lhe a do lado. Aí, como bom investidor que não coloca os ovos no mesmo cesto, deve guardar umas palminhas para outros candidatos: comece por guardar algumas para os da sua cor política nos concelhos vizinhos, depois para os da vizinhança ideológica do seu concelho e, por fim, aposte às cegas algumas palmas. Por vezes, as gerigonças ganham, o Tondela empata, e o burro cansado chega ao fim na corrida da Almodena.

O problema com esta fórmula é que depressa ficará milionário em termos políticos, colecionando um excelente capital político, ou então ficará um pária e terá de procurar alojamento político, camarário ou até social nos territórios vizinhos.

Na realidade, como trabalhos científicos recentes o mostram, as eleições mexem com as migrações a nível europeu. E se em anos de eleições normais a taxa de emigração abranda, já dois anos depois, com as nomeações feitas e alguns contratos resolvidos, a emigração tende a aumentar. Porque uma das belezas da vida eleitoral

democrática é a de gerir ciclos de sonho e de esperança, intercalando-os com os de desilusão e decepção. Afinal, há ciclos políticos nas migrações. Para lá das migrações dos lugares de vereação, nomeação e assessoria.

Portanto, quantas palmas vão bater em cada comício?

6.2.4 Os senadores generosos - os mais velhos das regiões esquecidas

A população idosa nos distritos de Vila Real e Bragança (com mais de 65 anos) é uma população que merece/exige uma atenção (uma 'Ágape') por parte dos próximos: indivíduos em idade ativa ou em idade de amadurecimento, instituições públicas, empresas e instituições da denominada economia social.

De acordo com dados oficiais (INE/PORDATA), é atualmente composta por 47242 indivíduos, chegando nalguns municípios a valer quase 30% dos residentes. Ainda que escasseiem dados com detalhe necessário, espera-se que o rendimento médio de cada uma destas pessoas ronde os 400 euros, o que representa 35% da média do rendimento nacional – portanto, cada uma destas pessoas à partida tem menor poder de aquisição do que outro cidadão nacional. Como reflexo, resultados recolhidos por inquéritos nacionais, mostram a população idosa insatisfeita ou muito insatisfeita com o poder de compra.

A maioria desta população (98% para os homens e 77% para as mulheres) é composta por pensionistas, isto é, por pessoas cuja fonte principal de rendimento são figuras de pensão, isto é, transferências unilaterais do Estado por motivos de compensação da contribuição direcionada durante a vida contributiva, pela acumulação diminuída de capitais ou poupanças ou por compensação das consequências derivadas de acidentes diminutivos da produtividade esperada.

Ainda que os dados diretos escasseiem, a ação económica destas pensões é visível e importante (ou muito importante) no desenvolvimento da região. Por uma via, estas pensões – dado o valor

caraterístico – vão maioritariamente para fins de consumo próprio que em não raras vezes se canaliza para consumo do agregado familiar (cônjuge, filhos e netos). Adicionalmente, contribuem para a dinâmica da poupança na região (tradicionalmente uma região que poupa mais – que deposita mais nos Bancos – do que se endivida). Finalmente, e considerando só os fluxos mensuráveis, a ação económica estende-se ao esforço redistributivo em muitos casos, pois os idosos do distrito de Vila Real ajudam (“dão dinheiro”) a filhos desempregados, suportam despesas associadas aos filhos e até à educação dos netos. Portanto, desde logo, o dinheiro destes idosos é importante para a região.

Nesta súmula, gostaria ainda de invocar dois pontos: a importância maior destas pessoas para o desenvolvimento sócio-económico da sociedade da região e finalmente os alarmes que algumas destas Pessoas nos deixam.

Estas pessoas – numa visão metafórica/exegética – são sacrários. São ‘pontes’: entre as comunidades nas décadas passadas, com a sua riqueza de tradições, de conceções do Homem e do Social, mas também com os seus desafios próprios de uma visão de um mundo atual que pode ‘escandalizar’ alguns. São comunidade mas também precisam da comunidade para não se desintegrarem nestes choques. São importantes para o desenvolvimento do País pois, além da afetividade e do carinho que proporcionam como imagem e como presença junto dos outros, permitem uma leitura crítica dos ritmos, das escolhas e dos valores.

Finalmente, os alarmes. A maioria dos pobres (naquilo que o conceito tem de violento e complexo) são idosos em Portugal. Também o mesmo acontece nos distritos em causa. Fazemo-los pobres quando os desvalorizamos, quando lhes negamos conforto e consumos básicos (mas também impostos, como as necessidades digitais) e quando os obrigamos a transportes longos para centros de saúde por exemplo. Fazemo-los próximos quando, como o bom samaritano, descemos dos nossos ritmos, caminhamos até eles, sentimos a sua carne (na alegria e no sofrimento) e acompanhamos a sua recuperação/valorização.

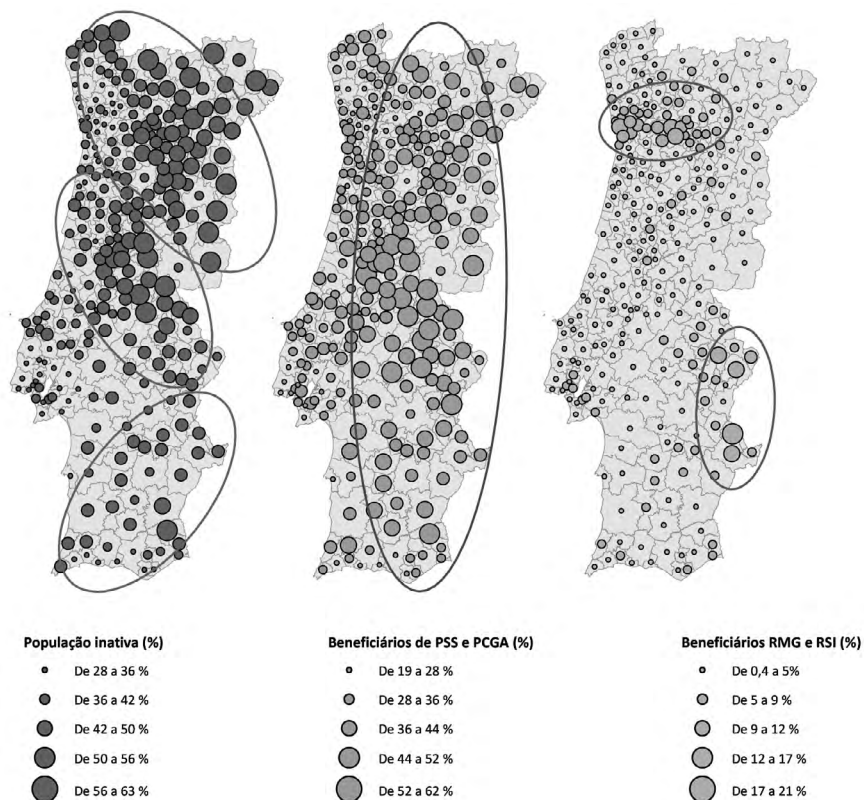


Figura 6 Taxa de Inatividade, Proporção de Beneficiários de Prestações Sociais e de Pensões. Fonte: PNCT (2018).

E se ficam nesta – na sua – região, ficamos nós sempre com uma questão: Ficam porque querem? Ou porque não podem ir embora?

Já há muito que os velhos da maioria dos contos do Araújo Correia – do João, porque também há o Camilo – deixaram de existir no Douro e no imaginário do Douro. Aquela população idosa, apaixonada, obstinada, dramática, vencida mas – sobretudo – estática, já não existe com tanta frequência no Douro. Nem no nosso país.

Temos hoje uma população sénior, maioritariamente pensionista (ver Figura 6), que consome nos grandes centros e nos centros comerciais, que dinamiza o comércio local, que redistribui (porque tantas vezes tiram do sufoco o orçamento familiar dos filhos e genros), que apoiam os netos nos esforços escolares (quer com dádivas de dinheiro quer com sacrifício de tempo) e que investem! Sim, são eles quem – e regressando a esta terra com o foco deste texto – são eles quem maioritariamente compõem e pedem para compor muros rurais, alçam construções nesses campos, e até ajudam – mais uma vez com o próprio suor ou com o que vem no vale postal – a casa do filho e/ou do genro emigrante.

Mesmo nas áreas litorais do nosso país já não são só Cegos do Maio – são homens e mulheres que não ficam à beira-mar olhando o próprio mar. Praticam desporto, sabem de cor os valores do colesterol bom e mau, discutem nos cafés – aliás, acho que são eles quem maioritariamente ainda discute nos nossos cafés assuntos de interesse público – e penetraram nas redes sociais em força, alguns com ‘posts’ motivacionais, outros com fotos e terceiros com barómetros políticos.

As conclusões de estudos recentes (como Vilela e Mourão, 2020) re-metem para realidades importantes. Em primeiro lugar, as pensões são relevantes para dinamizar o poder de compra dos nossos municípios. Portanto, uma Política Nacional de Pensões não as pode considerar como o parente pobre do Rendimento Nacional, tanto mais que ao fazê-lo está a desconsiderar uma população significativa (e crescente por razões socio-demográficas) do nosso país, com as consequências inerentes de ineficiência económica e de reducionismo ético. Em segundo lugar, uma consequência importante – o

consumo em determinados municípios aumenta com as pensões vizinhas. É a tal história do idoso de Santa Marta que vem comprar ao Shopping de Vila Real – ou o idoso de Sabrosa que vai de férias para Monte Gordo. Esta realidade obriga a que os decisores dos espaços ‘sangrados’ (aqueles onde a pensão cai mas que não a conseguem aproveitar) tenham políticas de incentivo ao consumo local, evitando o sangramento/“leakage”. Em terceiro lugar, dado o papel redistributivo do idoso – que, como visto, dá muito aos netos – por vezes vê a parte doada da pensão a ser mais facilmente gasta pelos netos no Shopping de Vila Real ou em Monte Gordo. Logo, continuando a querer os idosos ativos no esforço redistributivo – impõe-se uma questão: como levar os jovens a gastar em Santa Marta, em Sabrosa, em Murça, em Carrazeda de Ansiães, Terra de Bouro, Baião ou até em Canas de Senhorim? Porque, convenhamos, esta juventude também já não é a mesma que os Araújo Correia – quer o João quer o Camilo – conheceram.

6.3 Túneis para passar, para fugir ou para regressar?

O Túnel do Marão foi inaugurado em 7 de maio de 2016. Este facto merece, a meu ver, dois pontos de reflexão – um de reflexão graciosa; outro de reflexão mais densa.

Em primeiro lugar, as alvíssaras. Uma obra desta envergadura (aproximadamente, 400 milhões de euros com um quarto de financiamento comunitário) é acima de tudo uma vitória de três grupos de agentes. Em primeiro lugar, a classe política da região. Na realidade, conseguir colocar este investimento em planeamento, desenvolvimento, desbloqueio e conclusão é o resultado de muitos agentes políticos, de diversos quadrantes partidários, desde autarcas da região até incumbentes em São Bento que conseguiram – aparentemente - demonstrar o interesse para Portugal de uma obra deste tamanho. Só os inocentes que nunca saíram da região ou os imaturos politicamente que nunca sentiram o preconceito político e territorial minimizam o esforço – tantas vezes, invisível – que permitiu vencer os bloqueios associados a levar a bom porto este investimento – isto é, um valor acrescentado de utilidade de médio e longo prazo estimado em mil euros por transmontano. Em

6. SOBRE OS QUE PASSAM E SOBRE OS QUE FICAM

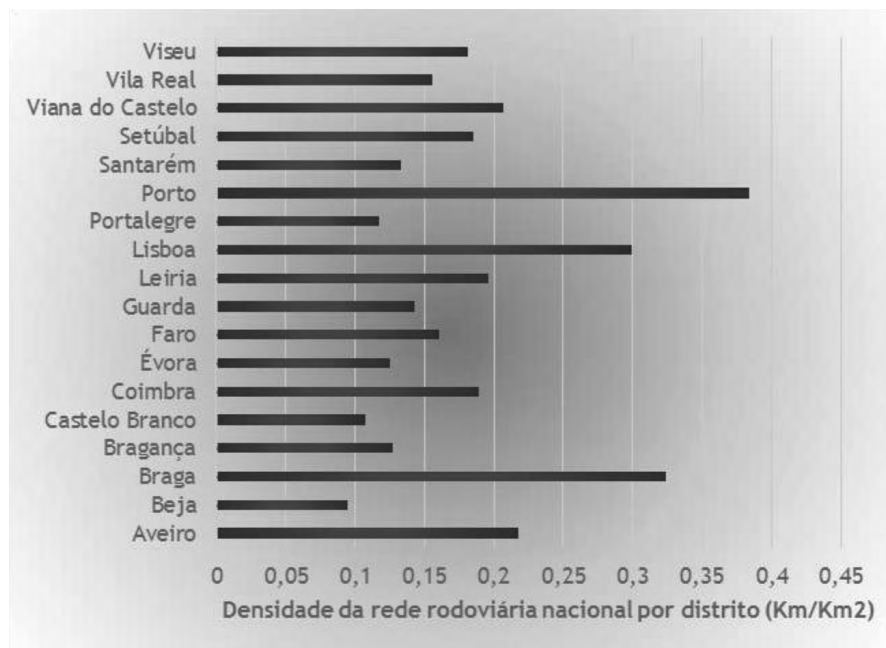


Figura 7 Densidade da rede rodoviária nacional por distrito. Fonte: PNCT (2017) a partir de INE (2014).

segundo lugar, é a vitória de ‘doers’, isto é, agentes negociadores, geralmente avençados, que intermedeiam as conversações entre a classe política, a classe construtora e engenheira, e, finalmente, a classe dos financiadores. Portanto, o Túnel do Marão mostra que os ‘doers’ também gostam das regiões que alguns catalogam de “deprimidas”. Em terceiro lugar, o Túnel é a grande vitória do setor que mais cresceu na economia transmontana e alto-duriense nos últimos 20 anos – o setor do Turismo. Foi este setor, também, o grande ‘lobby’ desbloqueador e pressionante deste processo, cujos primeiros sonhos começaram na década de 1950 e têm um interlúdio hoje. No entanto, como a Figura 7 mostra, a densidade da rede rodoviária nacional por distrito não é famosa para distritos como Vila Real, Portalegre, Bragança ou Beja.

Agora, a reflexão que, depois da festa, todos vamos ter de fazer. Quando, há quase um quarto de século, o IP4 se tornou transitável, a comunicação social, então e mais uma vez, retomou os chavões que trinta anos antes usara para a Nacional 15 ou que cem anos atrás usara para a transformação do Cachão da Valeira: eis que a interioridade de Trás-os-Montes se vai perder... É de sorrir, pois esta verdade não é tão agradável como pareça para o investidor transmontano! As minhas viagens (tantas vezes diárias para e de Braga e/ou Porto) ficaram mais curtas. Mas o que vai acontecer é a observância de uma velha lei da economia dos transportes: “A redução dos custos de transporte aumenta a atratividade de um pólo em detrimento do outro extremo.” Adivinhem qual o pólo que em 150 anos aumentou de atratividade com os cachões desbravados. Adivinhem qual o pólo que aumentará de atratividade com o famoso Túnel do Marão. A construção civil de Amarante “para baixo” esfrega as mãos de contente! Vários jornalistas, amigos, economistas e políticos me tinham auscultado sobre o assunto de há meio ano àquela parte. A população litoralizada – a tal que, repleta de preconceitos, que se ri com o José Cid e com a Marta Cardoso quando parodiam os transmontanos – sobretudo a classe média da faixa litoral – tinha pavor às curvas do Marão, ao subdesenvolvimento do Planalto, à rudeza das gentes tantas vezes alvo do anedotário particular que irritava Camilo, Junqueiro, ou Torga – poderá melhor vencer as suas fobias, consumir um covilhetes, ver as vindimas,

fazer um cruzeiro no Douro. Virão mais facilmente à Queima das Fitas dos filhos que, como soldados colocados em zona de guerra, ficaram colocados nas instituições de Ensino Superior da região. E poderão esses perceber como o mundo é bem maior quando olhamos para o melhor do nosso país. No entanto, como a História nos mostrou em 150 anos, desbravar cachões sem um programa intenso de diferenciação positiva do interior, gerador de emprego, de oportunidades e sobretudo sem uma mudança de mentalidade, levará, ano após ano, a maiores êxodos da região assim aberta. Há 150 anos, David Ricardo revolucionou o pensamento económico ao demonstrar os ganhos mútuos das vantagens comparativas para Portugal e para Inglaterra derivados de Methuen. Ambos os países se especializaram, reduziram custos de produção e de transporte, e passaram a ter acesso a vinhos melhores e mais baratos, e a sarapilheiras melhores e mais baratas. Como agora sabemos, David Ricardo, um testa de ferro dos bancários da altura, esqueceu-se de referir que a definição dos preços relativos favorece sempre mais uns do que outros. Assim, as vantagens comparativas da abertura do nosso Túnel dependerão muito de como soubermos captar benefícios, de como soubermos reter a saída da mão-de-obra, de como soubermos bem tratar os jovens. Caso contrário, a região será cada vez mais paisagem e cada vez menos humana.

*Enquanto uma alma discorria assim,
A outra chorava tanto que, num ai,
Senti como um morrer dentro de mim:
E caí como corpo morto caí.*

(Dante Alighieri)

7. Conclusões

7.1 Luz e sombra em jeito de início de epílogo

Há uns anos, um selecionador europeu – o transmontano Rui Vieira - notou que havia grupos de jovens africanos debaixo dos postes de iluminação de uma capital africana. A primeira ideia seria a do tráfico ou a de outro tipo de associação pouco meritória. Na realidade, aqueles jovens, sem luz em casa, aproveitavam a iluminação pública para estudar.

Esta história mostra a importância do 'efeito hotspot'. Em economia, o efeito hotspot indica que tendemos a concentrar a atenção sobre aquilo que é iluminado e que está no nosso raio de alcance. Assim, não é de estranhar a concentração de árvores de interesse público em concelhos com delegações dos serviços florestais, de candidaturas a financiamento comunitário bem sucedidas em espaços com consultoras com histórico de sucesso ou a concentração de Ministros e de Secretários de Estados em distritais com especial peso político (isto é, com iluminação hotspot).

Quando olhamos para a distribuição de uma variável num mapa (por exemplo, no mapa de Portugal), tendemos a encontrar 'manchas de cor': as concentrações destacadas a tonalidades mais escuras que se vão esbatendo à medida que observamos espaços com menores valores dessa variável. A esse fenómeno, chamamos autocorrelação espacial positiva. Uma variável com clara evidência de autocorrelação espacial positiva é a densidade demográfica.

No entanto, quando olhamos para o mesmo mapa - agora cobrindo uma outra variável - e encontramos pontos de concentração muito forte espalhados pelo território sem continuidade nos espaços mais contíguos temos o 'efeito hotspot'. Por isso, há concentração de dispositivos eletrónicos ou de cyber-utilizadores nos cafés com wi-fi ou nas varandas dos prédios das zonas universitárias.

Assim como o epifenómeno identifica os mega-eventos que acontecem num espaço uma vez por ano, o epicentro económico tende a ser um 'hotspot' que desenvolve de um modo intenso a economia

7. CONCLUSÕES

dos locais imediatos mas que, como um eucalipto, tende a secar tudo em volta. Existe muita vida nas profundezas dos oceanos, isto é, em termos económicos, nos espaços de penumbra onde muitos sobrevivem nas sombras. Em termos de economia laboral, fatores como a experiência, a idade certa, um passado de resistência mas também um certo brio individual fazem com que nas profissões mais competitivas se consiga sobreviver longe dos holofotes, dos pódios, e do poder. Pilotos de Fórmula 1 como Andrea de Cesaris, Nick Heidfeld ou Martin Brundle são claros exemplos de homens que nunca ganhando uma corrida na F1 contaram muito mais provas que outros pilotos que no entanto subiram ao lugar mais alto do pódio. Flores como as violetas ou as camélias crescem melhor nos espaços húmidos e sombrios.

Portanto, mesmo que não se possa estar debaixo da luz, existe a solução dada pelos Pink Floyd (em ‘Eclipse’): “There is no dark side of the moon really. Matter of fact it’s all dark.” Questão de ótica. De espetro artístico, de paleta política, ou de daltonismo.

7.2 Indicadores do presente – caminhos para o futuro

Venho desenvolvendo desde outubro de 2018 o índice de Economia de Trás-os-Montes. Este índice recolhe a opinião de um painel representativo da diversidade de agentes económicos da região e avalia a perceção sobre a evolução mensal de três dimensões preponderantes para a aplicação dos rendimentos dos habitantes dos distritos de Bragança e de Vila Real: gastos em consumo, despesas de investimento e fluxos de turismo.

Fazendo uma leitura de ciclo anual, é possível verificar-se que o período entre março e agosto corresponde a um momento onde a região apresenta crescimento nas três rubricas observadas (gastos das famílias, obras e investimento, e remessas do turismo). No entanto, no período remanescente, os valores mostram decréscimos mensais, com a exceção do pico das semanas em redor do Natal. Numa análise mais generalizada, podemos constatar que a região não difere significativamente do resto do país avaliado pelos indicadores disponibilizados pelo INE sobre o ciclo económico

nacional o que nos pode motivar a uma discussão mais alargada. Se, por um lado, a região tem um ciclo simultâneo com o do país – muito por força do esforço balanceador das remunerações dos empregados no setor público que não tem uma disparidade oficial com os colegas das outras regiões (o que ajuda a explicar a referida coincidência dos ciclos) – por outra via mostra que não tem existido o tal ciclo alavancado que a região precisa(va) para crescer mais do que os espaços vizinhos de modo a convergir com eles. Por outra via, o ciclo percebido para a região mostra que os rendimentos particulares estão muito dependentes do ciclo do turismo com as vicissitudes que eu tenho apontado. Pois o turismo – que parece ser a panaceia para muitos opinadores no nosso país e na nossa região – tem uma determinada essência de ‘transitoriedade’, isto é – de passagem. O turista chega, visita e vai embora. Muito da receita mal chega – palavras de operadores turísticos que mas fizeram chegar – para compensar os custos em preparação e limpeza das ações turísticas. O ideal seria que o turista virasse investidor. Que encantado pelo reino maravilhoso deixasse não as ‘migalhas’ de uma tarde ou de um almoço bem regado mas a significância de um investimento que trouxesse desenvolvimento, emprego e bem-estar para a região. Com a gravidade que muito do lucro do turismo da região é processado e aplicado pelas sedes litoralizadas dos operadores turísticos noutras regiões. Portanto, a mais-valia é escoada para outras paisagens e paragens.

A meu ver, o atual estado do desenvolvimento assimétrico do nosso país tem um triângulo de responsáveis: a educação, o processo de políticas seguidas e os valores dos mais jovens. Passo a detalhar. A educação ensina-nos a gostar ou a não gostar. Se os programas escolares (desde o pré-escolar até ao ensino obrigatório e ao ensino superior) valorizassem as realidades de todo o país, mostrando imagens de satisfação, progresso e confiança no futuro de todas as regiões, decerto umas não seriam preferidas a outras. Mas não! Por exemplo, quando folheio o manual de Português do 4.º ano do meu filho mais novo não encontro as temáticas rurais ou as fábulas tão cândidas que eu lia no meu manual há mais de 35 anos. Posso tentar compensar – como o tento – com mil e uns recursos que mostrem uma vida do nosso Interior que os manuais de hoje não

7. CONCLUSÕES

mostram. Mas se todos remassem para o mesmo lado o barco tinha uma direção mais definida... O outro vértice prende-se com o processo de políticas seguidas. Durante 40 anos, por cada escudo ou euro investido em Trás-os-Montes investia-se 20 vezes mais no resto do país. Quando a região valia um décimo (até em termos demográficos) como explicar este desequilíbrio? Tenho uma explicação violenta – preconceito. E acuso-o sem dúvidas – o país é preconceituoso para com a região, vista com olhares de sobrançeria como algo irremediavelmente desligado dos progressos da modernidade. O curioso é que no atual século XXI onde tantos canais deveriam reduzir estas ideias-feitas – e profundamente injustas com o efetivamente observado na região que evoluiu em conforto, qualidade de vida, longevidade dos residentes e acessibilidade digital – esses preconceitos não reduziram. Pois por mais que os cálculos mostrem a exequibilidade e a lucratividade das ideias de negócio que poderiam florir no nosso Interior, outros acabam por ganhar concursos e receber atenções prioritárias. Outras marcas do preconceito – o reduzido/insignificante valor de Ministros ou Secretários de Estado naturais ou residentes na região nos mais recentes executivos de São Bento. Finalmente, os valores dos mais jovens. Estamos a preparar as novas gerações – nas nossas instituições de Ensino Superior – para uma qualificação ímpar na nossa história e no entanto o mesmo esforço está a tirá-los das origens e a trazê-los para uma concentração nas faixas litoralizadas do país – e nem sempre com garantias de sucesso pessoal.

Em relação aos Caminhos de Futuro, é necessário que a região e os seus habitantes compreendam a necessidade de estabelecerem uma estratégia de desenvolvimento. Em primeiro lugar, a figura do imperativo categórico – cada um deve fazer o melhor pela região se se interessa realmente por ela. Muitas vezes, ficar e apostar na região é o melhor para a desenvolver. Poderíamos ser marinheiros como a lenda do Sinbad mas preferimos para a região aqueles que nela ficam, mesmo longe dos holofotes de outras paragens. Em segundo lugar, é necessário que a região coloque as pessoas certas nos lugares de decisão certos, seja em Lisboa, no Porto ou noutros espaços como Estrasburgo ou Bruxelas. Os sucessivos erros de ‘casting’ têm conduzido a esta aparente perda de influência da região

na captação de investimento público, atenção e até desenvolvimento potencial. Em terceiro lugar, os concelhos realizarem sinergias na captação de investimento e de empregos, gerando agências regionais de desenvolvimento que já deveriam estar em operação e não ainda em debate. Finalmente, convidar quem interessa para virem ter connosco – não só o turista da Trofa ou de Vila Franca de Xira mas o investidor (também) do Japão, da Lituânia ou do Reino Unido. Por vezes, quem está mais longe, consegue fazer-se mais próximo.

Aliás, a própria região – espaço de acolhimento histórico de judeus, galegos, castelhanos – tem sido uma mãe que não esquece. Portanto, sejamos filhos da presença e não enteados da memória.

7.3 Alvíssaras finais - 5 prémios para 5 transmontanos e durienses

Prémio Alvão

Começamos pelo Prémio Alvão. A Serra do Alvão é partilhada por vários concelhos transmontanos e tradicionalmente é referida como a divisão da denominada província que surgiu com o nome de Trás-os-Montes há 19 séculos e a vizinha do Minho. Desde cedo, que o Alvão foi um berço para mim, pois nascido em Vila Real, cresci em Paradança e em Ponte de Olo, por razões de deslocação profissional dos meus pais (que eram professores). Logo, o Prémio Alvão está associado também àqueles que criam dinâmica no espaço - o empresário em Trás-os-Montes. Porque como o Alvão, esse empresário é discreto mas vigoroso, sonhador mas humilde, fatídico mas vivo.

Prémio Marão

Já muito escrevi e outros escreveram sobre o Marão. Quando colaborava com o Pedro Mexia, com o Ricardo Araújo Pereira ou com o José Luis Peixoto no DN Jovem, intitulavam-me o “Maranus M.”. Logo este prémio vai para aquela figura que é o intelectual e/ou escritor tendencialmente do Interior. No fundo, para os homens e mulheres de cultura, produtores, consumidores e distribuidores

7. CONCLUSÕES

de cultura no Interior de Portugal. Muitos têm criticado como a concentração demográfica tem criado uma aura de estranheza/exotismo que paira sobre os académicos, investigadores, romancistas, jornalistas, poetas e almas livres que habitam a leste do semimeridiano dos 8º W. Para todos estes – sobretudo, para a sua resistência – vai o Prémio Marão.

Prémio Larouco

O deus Larouco estende os braços pela Galiza adentro onde se molha numa pequena gotícula que dá origem ao Tâmega. O Larouco exorciza mas também forma homens e mulheres por inteiro. O Larouco converteu Frei Bartolomeu dos Mártires num homem do Renascimento. E o Larouco silenciou legiões de invasores europeus ao longo dos séculos. Portanto, o Prémio Larouco será para uma instituição – os jornais ‘regionais’. No mundo digital, onde o Facebook espreita primeiro o quintal dos vizinhos e devassa a vida paroquial, os jornais das regiões esquecidas – geralmente de tiragem semanal ou quinzenal – (e seus pares teimosos por esse país fora) democratizam a informação, lutam contra a infoexclusão e evitam a desvalorização daqueles que no lugar de iPhones preferem o calor humano.

Prémio Douro

O Douro é o nosso primeiro e o nosso último novíssimo. Esvazia-nos de humanidade para nos escancarar como essência. O Prémio Douro é um prémio assim para um sacrário de transmontanidade – o transmontano licenciado que está desempregado. Muitos dirão que deve emigrar. Muitos dirão que deve litoralizar-se. Muitos rirão do curso que tirou. Os pais dir-lhe-ão que não o/a querem nos campos. Os colegas de outras paragens ace-nam-lhe de outras paragens nas redes sociais. Mas ele ficou. Mas ela ficou. Qualquer ato de resistência será sempre um misto de loucura, de paixão, de medo, de incapacidade, de ineficiência. De anonimato estéril. Como a esteva do monte. Como uma torga. O Douro é o maior prémio para o desempregado que resiste em Trás-os-Montes. Com tudo o que tem de absoluto, com tudo o

que tem de miséria. Com tudo o que tem de incomensurável. Com tudo o que tem de esperança.

Prémio Corgo

Existe um silêncio estranho quando se pergunta numa aula, numa rua, ou numa esplanada com um pelourinho ao pé qual o episódio de maior repressão centralista em Portugal. E qual o calvário tingido de sangue que o caracterizou. Esse gólgota foi o Corgo entre 1771 e 1775, na Devassa Pombalina. Se não o sabem, pesquem nas academias ou basculhem na alma dos antepassados. Também podem ler o romance *Terra Visitada* (Prémio Literário Cidade da Horta, 2007) sobre o assunto. Portanto, o Prémio Corgo vai para a maior pobreza da região. Será a pobreza de nível de vida? Nada disso (até bem pelo contrário). Será a pobreza de emprego? Essa não é reserva, infelizmente, da região. Será a pobreza de líderes capazes? Esse é problema geracional. A maior pobreza da região é o empobrecimento da população sénior. Abandonada pelo sistema público de saúde, esquecida do deus PIB, desprezada na sua ruralidade, vampirizada no seu parco poder de compra.

Prémio Pinhão

O rio Pinhão nasce em Raiz do Monte (Vila Pouca de Aguiar) e desagua no cais homónimo. Poderemos perguntar se o rio ganhou o nome devido ao cais ou se foi o cais que ganhou o nome devido ao rio. Um pouco como a questão complexa de Vinho do Porto que ganhou o nome devido ao embarque. A questão do Pinhão é uma questão mais profunda que trazida para a antropologia regional poderia questionar se é transmontano quem vive em Trás-os-Montes ou se a transmontanidade não necessita de berçário. O Prémio Pinhão é pois para todos aqueles que passando pela região, levam a mesma sem a tirar – os turistas. Durante séculos, este espaço não era turístico – era de existência. Agora, também é turístico. Do contato com o outro, torna-se o ser humano mais humano. Curiosamente, sempre o transmontano o soube. No entanto, precisa sempre do outro para o recordar.

Bibliografia

BIBLIOGRAFIA

- Barómetro Informa DB (2019). Vários Indicadores. Barómetro Informa DB, Lisboa.
- Ebbinghaus, H. (1885). *Memory: A contribution to experimental psychology*. New York: Dover.
- Feiock, Richard (2013). The Institutional Collective Action Framework. *The Policy Studies Journal*, Vol. 41, No. 3, 2013. 397-425.
- Ferrão, J. (2005), "Dinâmicas demográficas: uma visão panorâmica", in *Geografia de Portugal: sociedade, paisagens e cidades*, vol. 2, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Autores,
- Joermann, J. e P. Hertel (2005). Remembering the Good, Forgetting the Bad: Intentional Forgetting of Emotional Material in Depression. *Journal of Abnormal Psychology*. 2005, Vol. 114, No. 4, 640 – 648
- Kelley, Matthew & Nairne, James. (2001). Von Restorff Revisited: Isolation, Generation, and Memory for Order. *Journal of experimental psychology. Learning, memory, and cognition*. 27. 54-66. 10.1037//0278-7393.27.1.54.
- LeMoult, J., Hertel, P. T., & Joermann, J. (2010). Training the forgetting of negative material: The role of active suppression and the relation to stress reactivity. *Applied Cognitive Psychology*, 24, 365-375.
- Macedo, A. (2016). Para uma discussão dos determinantes da criminalidade em Portugal. Dissertação do Mestrado em Economia. Universidade do Minho, Braga.
- Maia Trigueiro, F. (2016). DIREITO AO ESQUECIMENTO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. Dissertação em Ciências Jurídico-Políticas – Menção em Direito Constitucional. Universidade de Coimbra.
- Metcalfe, J. Stanley (2006). *Evolutionary Economics and Creative Destruction*. Routledge, Nova Iorque.
- Mourão, P. 2016: "Income inequality in host countries and remittances: a discussion of the determinants of Portuguese emigrants' remittances"; *International Migration*; 54 (5); 136-149
- Mourao, P. (2017): "Port wine, Brazil, and the world economy: A time series analysis from 1756 to Brazilian independence"; *Revista de Historia Económica - Journal of Iberian and Latin American Economic History*; Volume 35, Issue 2 September 2017 , pp. 275-300
- Mourao, P. 2007: "Portuguese public collections and the economic cycle: a seminal study"; *International Journal of Social Economics*; vol. 34, n 12; 961-976
- Mourao, P. e A. Popescu (2016), "Does Regional Openness stimulate vocational training in Romania?"; *Transformation in Business and Economics*; 15 (3), 220-238
- Mourao, P. e E. Simone (2016). "Rhetoric on the economy: have European parties changed their economic messages?"; *Applied Economics*; 48 (22); 2022-2036
- Mourao, P. e V. Martinho (2016). "Discussing structural breaks in the Portuguese regulation on forest fires – An economic approach"; *Land Use Policy*; 54 (2016); 460-478

- PNCT, Programa Nacional de Coesão Territorial (2018). Diagnóstico. Lisboa.
- PORDATA (2019). Vários indicadores. PORDATA, Lisboa.
- Povinelli, Elizabeth. (2011). *Economies of Abandonment*. Duke University, Durham
- Rebelo Pereira, Pedro (2014), "Viver no interior do país é aborrecido". Público, 15/12/2014
- Reeves, P. (2007). "Places that can be Easily Defended": A Case Study in the Economics of Abandonment During Utah's Black Hawk War," *Utah Historical Quarterly* 75 (Summer 2007): 220-237
- Safina, C. (2015). *Beyond Words What Animals Think and Feel*. Henry Holt & Company, New York.
- Sampaio, Sofia (2013): "Portuguese Cultural Studies / Cultural Studies in Portugal", *Culture Unbound*, Volume 5, 2013: 73–88.
- Silva, Agostinho (2001). *Ensaio Sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira II*. Edição: Âncora Editora, Lisboa.
- Silveira Pereira, Hugo. (2010). Caminhos-de-ferro em Trás-os-Montes no século XIX: das expectativas ao esquecimento. *Revista de Letras*. 9. 285-304.
- Smith, P. B., & Bond, M. H. (1998) *Social Psychology across Cultures*. London: Prentice Hall Europe
- Thompson, C. *Psychoanalysis: Evolution and Development*. Londres. Allen and Unwin, New York, 1952
- Thorne, B., Henley, T. (2005). Hermann Ebbinghaus in *Connections in the History and Systems of Psychology* (3rd Edition ed., pp. 211-216). Belmont, CA: Wadsworth Cengage Learning.
- Turnbull, N. (2007). Problematology and Contingency in the Social Sciences. *Revue internationale de philosophie*, 242(4), 451-472. <https://www.cairn.info/revue-internationale-de-philosophie-2007-4-page-451.htm>.
- Weil, S. (1950). *Attente de Dieu*. Paris: La Colombe.
- Williamson, Oliver (1985). *The Economic Institution of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting*. New York: The Free Press
- Wozniak, R. H. (1999). *Classics in Psychology, 1855-1914: Historical Essays* W. Bristol: Thoemmes Press.
- Wutt, P. (1957). *Incertitude et risqué*. La Baconnière, Neuchatel
- Zimmer, Hubert & Engelkamp, Johannes (1999). Memory psychology: An empirical or an analytical science?. *Scandinavian Journal of Psychology*. 40. 10.1111/j.1467-9450.1999.tb01461.x.

BIBLIOGRAFIA

Jornais consultados (varias edições assinaladas): A Voz de Trás-os-Montes

Jornal de Notícias

Jornal Económico

Mensageiro de Bragança

National Geographic

Público

The Economist

Bases de Dados Estatísticas Consultadas:

INE (2019)

PORDATA (2019)

Os poemas apresentados como introitos aos capítulos foram retirados da obra “Rosa do Mundo”, editada pela Assírio e Alvim, 2001, e organizados pela direção editorial de Manuel Hermínio Monteiro.

Um dos piores males da consciência pública ou coletiva é a incapacidade de fazer as contas com a justiça social. A ciência económica estuda a forma de produzir e distribuir o maior número de bens, mediante o atrativo do melhorar a vida das pessoas. Mas esquece –deliberadamente?– os que a eles nunca terão acesso, pois o lucro dita a lei.

A tarefa dos sensíveis e dos intelectuais também passa por responsabilizar quem se move nesse esquema arcaico. É o que faz o Prof. Paulo Mourão ao denunciar a gélida despreocupação social, mormente por parte da classe com poder decisório. E fá-lo com reflexões interessantíssimas, um estilo elegante e uma força poética assinalável. Fá-lo... convictamente, como é próprio de quem acredita que com a solidariedade nacional e internacional todos lucram e que o desenvolvimento ou é integral ou não o é.

Passar isto para todas as cabeças pode não ser tarefa mais fácil que rasgar o Estreito de Magalhães. Mas é ainda mais urgente.

Dom Manuel Linda, Bispo do Porto

‘Economia do Esquecimento’ é um livro que se lê num folgo não tanto por ser contido no número de páginas mas, antes, em razão das temáticas que endereça (desde logo, o desenvolvimento, percebido enquanto acesso das pessoas, nos seus lugares de residência, ao emprego e bem-estar social), da fluidez da escrita e do compromisso que se percebe do autor com a sua região, Trás-os-Montes. Não se tratando de um romance, embora a forma como nos prende à leitura o pudesse sugerir, nem por isso deixa de nele haver espaço para a invocação de paradoxos, heróis e vilões, lamentando-se que não termine com um voto de esperança no futuro.

Embora devesse esperá-lo, acabei amiúde surpreendido pelo enunciar de “realidades” para as quais fui despertado há 40 anos, entre elas as de que “os custos de concentração” (no litoral) devem ser somados aos “custos do esquecimento” (do interior Transmontano, e não só), do que resulta óbvio que a superação ou mitigação de uns e outros só se conseguirá quando as atuações de política olharem, articuladamente, para uns e outros. Endereçando a problemática dos “caminhos do futuro”, concordo com o autor na necessidade dos atores do território se congregarem no estabelecimento de uma “estratégia de desenvolvimento”, ficando-me a dúvida se não devia também ter sublinhado que não há estratégia (de desenvolvimento) sem liderança, singular ou coletiva.

J. Cadima Ribeiro



UMinho Editora



Universidade do Minho

ISBN 978-989-8974-19-8



9 789898 974198 >